



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAÍS MEDEIROS LOESCH

**O INFLUXO DO PROJETO DO SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO
NA MÍDIA ARGENTINA**

**Macapá
2017**

THAÍS MEDEIROS LOESCH

**O INFLUXO DO PROJETO DO SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO
NA MÍDIA ARGENTINA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal do
Amapá como requisito obrigatório para a obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Paulo Gustavo Pellegrino
Correa.

**Macapá
2017**

**O INFLUXO DO PROJETO DO SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO
NA MÍDIA DA ARGENTINA**

Avaliada em ___/___/___ com conceito _____

Banca examinadora:

Orientador

Professor Avaliador 1

Professor Avaliador 2

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amapá e o conjunto de professores do curso de Bacharel em Relações Internacionais, pelo ensino exercido para formar os futuros Internacionalista do Amapá.

Ao meu orientador, prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa, com quem eu muito aprendi desde as primeiras aulas de Segurança Internacional, no sexto semestre, até então e que tenho como uma figura de admiração pelo trabalho exercido para o amadurecimento de nossa academia.

Ao professor Tiago Luedy, que me ajudou na finalização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, pela amizade compartilhada em todos esses anos e aos muitos momentos de risadas e de trabalho, de forma especial ao querido grupo formado por Keila, Júlio Cezar, Naiara, Jonatas, Ruane e eu.

Aos meus pais, Sônia e Hermann, por seu apoio, amor, carinho e dedicação, em todos os momentos de minha vida.

À minha família, especialmente aos meus avós, pela ajuda em cada momento para alcançar meus objetivos. Serei eternamente grata!

Ao meu esposo, Felipe Carvalho, que nesse tempo de companheirismo, me apoiou com muita resiliência. Obrigada por me incentivar a alcançar meus objetivos e persistir atrás de meus sonhos.

A tantas pessoas que me inspiraram, incentivaram e deram suporte na minha e na minha capacitação. Este TCC me trouxe muitos aprendizados.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O Programa de Submarinos (PROSUB), busca mais do que o reaparelhamento da Marinha Brasileira, ele busca o desenvolvimento nacional através da absorção de tecnologia. Lançado em acordo oficialmente no ano de 2008, entre Brasil e França, o projeto realiza a construção de um submarino nuclear e quatro submarinos de propulsão eletrodiesel. Assim, este estudo buscou analisar como reverberou na mídia da Argentina a construção do submarino de propulsão nuclear a ser utilizado na proteção da costa atlântica brasileira, pois na relação bilateral Brasil-Argentina, além de haver um relevante histórico de pesquisas nucleares, permeou durante muito tempo a ideia de ameaça recíproca com o qual ambos acabaram por ter uma relação de tensão e distensão. A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso (AD) dos jornais argentinos El Clarín e o jornal La Nación, entre os anos de 2008 a 2012 (anos em que os jornais publicaram reportagens sobre o assunto) debatido com a história da relação bilateral entre Brasil e Argentina e o contexto regional sulamericano para contextualização de alguns acontecimentos noticiosos. Para discussão teórica foram utilizados os conceitos de política externa de Karl Deutsch e o de Carl Schmitt sobre amigo e inimigo.

Palavras-Chave: Mídia; Submarino Nuclear; Argentina; Brasil.

RESUMEN

El Programa de Submarinos (PROSUB), busca más que el reequipamiento de la Marina de Brasil, busca también el desarrollo nacional a través de la tecnología de absorción. Lanzado en el acuerdo oficialmente en 2008, entre Brasil y Francia, el proyecto lleva a cabo la construcción de un submarino nuclear y cuatro submarinos de propulsión eletrodiesel. Este estudio trata de analizar como repercutió en los medios de comunicación de Argentina la construcción del submarino de propulsión nuclear para ser utilizado en la protección costa atlántica de Brasil, porque en la relación bilateral entre Brasil y Argentina, se impregnó durante mucho tiempo la idea de amenaza recíproca con el que ambos terminaron con una relación de tensión y la tensión. La metodología utilizada fue el análisis del discurso (AD) de los periódicos argentino El Clarín y La Nación, entre los años 2008 a 2012 (año en el que los periódicos publican artículos sobre el tema) discutido con la historia de la relación bilateral entre Argentina y Brasil y el contexto regional de América del Sur para la contextualización de algunos acontecimientos de noticias. Para una discusión teórica se utilizaron los conceptos de política exterior de Karl Deutsch y Carl Schmitt sobre amigos y enemigos

Palabras clave: Periódico; Submarino Nuclear; Argentina; Brasil.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
1 A história do Programa Nuclear brasileiro.....	11
2 A idealização do submarino nuclear brasileiro.....	14
3 Elementos estratégicos do PROSUB.....	17
4 A Percepção dos jornais.....	20
Considerações finais.....	45
Referências.....	47

INTRODUÇÃO

No mundo das grandes potências e dos demais Estados [...], não existem bons ou maus, nem melhores ou piores [...] O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assumem posições mais ou menos favoráveis à paz e à "justiça internacional. (FIORI, 2007)

Observado que nos últimos anos houve uma mudança notável na discussão e nos investimentos sobre defesa e segurança no Brasil, ganhando espaço, *pari passu* ao descortino da construção de processos de securitização em relação às fronteiras terrestres e marítimas (Atlântico Sul), teve-se a proposta de trazer uma abordagem investigando o discurso da mídia argentina acerca da construção do submarino nuclear brasileiro. tomando por base os jornais El Clarín e La Nación e debatido com a história da relação bilateral Brasil-Argentina e o contexto regional sulamericano para contextualização de alguns acontecimentos noticiosos. O tema foi escolhido, primeiramente, devido a história dos processos conjuntos em matéria nuclear, que foi um tema importante em muitos contextos nesta relação bilateral, que desenrolou-se, principalmente, a partir dos desdobramentos da intervenção americana no período da Guerra Fria na América do Sul e no prelúdio das pesquisas sobre energia nuclear no continente Sulamericano. Além disso, a questão nuclear sempre se mostrou um tema de extenso debate nas relações internacionais em vista da grande capacidade de poder conferida ao Estado que se mostrasse capaz de dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio.

A segunda justificativa seria que o Brasil tem uma histórica relação de tensão e distensão com a Argentina, que *“possui uma lógica própria, na qual o fator verdadeiramente determinante é a assimetria de poder relativo”*. (CANDEAS, 2010). O autor tipifica a esta relação bilateral em períodos com *“predomínio de rivalidade”* e de períodos com *“predomínio de cooperação”*. A exemplo de momentos de alternância de cooperação e rivalidade, podemos citar, respectivamente: 1) A criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) sobre o eixo Brasil-Argentina (1980) e o Acordo de Cooperação Nuclear (1980) Brasil-Argentina (CERVO, 2008), onde foi fundada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares, organização binacional de salvaguardas nucleares existente no mundo e a primeira organização binacional criada pela Argentina e pelo Brasil¹; 2) O contencioso hidrelétrico de Itaipu, quando o diplomata brasileiro Azeredo da Silveira resolveu *“jogar duro contra a Argentina em razão da resistência que oferecia ao projeto”* e quando em 1937, a Argentina, com a venda de *“seis destroyers pelo governo norte americano ao Brasil, reagiu energicamente, e tratou de impedir a realização do negócio, o que provocou ressentimento no governo de Vargas”* (BANDEIRA, 1995).

¹ Disponível em <http://www.abacc.org.br/?page_id=9>. Acessado em 19/09/2016.

Também foram dois países que durante a década de 1970, com advento da agenda neoliberal, sofreram convulsões geradas pela crise econômica que atravessou país por país na América do Sul. Na última década, os dois países também sofreram efeitos de novas crises e desajustes econômicos, sendo na Argentina durante o governo de Cristina Kirchner e no Brasil no governo de Dilma Rousseff.

A investigação segue sobre o impacto da estratégia de defesa brasileira na Argentina, tendo em vista a relação, onde

Os dois países vinham de uma rivalidade política de várias décadas. A análise dessa rivalidade e de seus contenciosos deu margem à convicção de que o ganho de um país correspondia necessariamente à percepção de perda por parte do outro, tanto em termos materiais, quanto de poder e prestígio. (VARGAS, 1997)

A história bilateral dos dois países nos mostra que um dos impasses na integração foi o próprio contexto político de ditaduras que não se fazia solo fértil para projetos de cooperação. Posteriormente, com a volta de governos democráticos que visavam maior inserção internacional e melhoramento da economia, a relação encontrou maior colaboração política para sua aproximação. A partir da década de 1980, a confiança mútua se consolidou entre ambos, a partir da aproximação dos programas nucleares de cada um. Medidas de transparência, como inspeções mútuas e a adesão de políticas de regimes internacionais de não proliferação de armas nucleares, foram favoráveis para o bom andamento no relacionamento.

Os dois países estabeleceram um processo de cooperação, que determinava limites aos seus respectivos programas nucleares, bem como iniciaram um processo de coordenação das políticas nacionais de não-proliferação e desarmamento em foros multilaterais, aproveitando suas ressalvas comuns, a época, ao Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe, também chamado de Tratado de Tlateloco (1967) e ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (1968) (MALLEA; SPEKTOR; WHELLER, 2012).

O interesse em investigar possíveis reverberações da construção do submarino nuclear, vem com base no “resgate da antiga aspiração brasileira de tornar o país uma potência política, econômica e militar”, Corrêa (2010). O projeto do submarino tem sua história no contexto da Guerra Fria, onde havia uma corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética, permeada pela ideia de quem tivesse o domínio da energia nuclear detinha mais poder. Em 1975, foi assinando o Acordo Nuclear com Alemanha, de onde surgiram conversações sobre a possibilidade de construir um submarino de propulsão nuclear. O projeto encontrou muitos obstáculos ao longo do caminho, bem como o próprio programa nuclear do Brasil. Apenas no ano de 2008 ele volta a cena, a partir de uma parceria estratégica

entre Brasil e França, com o acordo firmado e nomeado de Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Neste acordo, está incluso também a construção de mais quatro submarinos de propulsão eletrodiesel, todos projetados e montados em território nacional, com transferência de tecnologia.

A importância estratégica do PROSUB é que além de assegurar a soberania nacional e a proteção de nossas águas jurisdicionais, estimula a tecnologia nacional de forma determinante. É um reforço ao governo brasileiro sobre a soberania de suas reservas de petróleo no pré-sal e a proteção da Amazônia Azul, que é a principal via do comércio exterior.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o que diz a mídia argentina a respeito do projeto do submarino nuclear brasileiro. A metodologia utilizada foi a Análise do Discurso. Segundo Deutsch (1982), os meios de comunicação (TV, rádio, jornais, empresas de publicidade, etc.) são um importante sistema com aspectos intrínsecos de entrada, saída, memória e decisão. Estes, falam mais direta e eficazmente às lideranças locais de opinião e atuam como seus propagadores ou confirmadores. Por essa razão, os jornais tornam-se importante ferramenta de ampla pesquisa, tornando-se favoráveis para a Análise do Discurso (AD).

A Análise do Discurso é muito utilizada para estudos de textos midiáticos e as concepções presentes neles, onde se constroem narrativas públicas de ideias, como menciona Gregolim (2007), escritas por sujeitos históricos, intercalam enunciações diversificadas e complexas.

Segundo Gregolim (2007),

A Análise do Discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos.

Sendo a mídia um objeto de investigação, o analista do discurso, ao se propor estudá-la, trabalhará com quatro elementos: a linguagem (1) que é o meio pelo qual se transmite ideias e opiniões através de símbolos, o discurso (2), que é a mensagem proferida pelo sujeito (3), que tem sua relação determinante na história (4) onde ele mesmo encontra elementos para analisar os processos históricos.

“O discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual se constituem os saberes de um momento histórico”, Gregolim (2007). As identidades são construídas através do discurso. As transformações históricas e estruturais também são. Deutsch (1982) diz que todo sistema social precisa de sua manutenção para preservar seus padrões. Walker (2013) diz

que para responder esse problema, é preciso entender “*a relação co-constitutiva entre internalidade e externalidade*”. Logo, o que seria a relação entre Estado-nação e o sistema internacional, necessita de compreensão de algumas relações mútuas para realizar a manutenção de seus padrões.

O que foi mencionado anteriormente sobre os meios de comunicação terem seus aspectos intrínsecos de entrada, saída, memória e decisão, faz com que seja um importante instrumento de observação para outro objeto: as relações bilaterais. Schmitt dizia que “*A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação*” (1979), logo cabe a um Estado avaliar suas relações com demais Estados para ter a percepção de com quem pode estabelecer laços de cooperação, ou não.

Nas teorias de Relações Internacionais, o Construtivismo trouxe contribuições para Análise do Discurso através da Virada Linguística, onde a linguagem não é apenas entendida como uma representação da realidade, mas como sua criadora. João Pontes Nogueira e Nizar Messari apresentam em seu livro de teoria das Relações Internacionais dois importantes teóricos do Construtivismo, Friedrich V. Kratochwil e Nicholas Onuf. Segundo Nogueira e Messari (2005),

O argumento de Kratochwil é que ao entendermos as regras que regem o discurso, podemos entender as regras que regem a própria realidade, já que o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem referir a ele.

Toda fala constrói um ato. Esses atos constroem constantes transformações, que moldam a ordem mundial, introduzindo novos paradigmas, arranjados pelo atual processo de globalização da economia e da informação. Na teoria Construtivista, o mundo é socialmente construído. Uma vez que este mundo é constituído por Entes que estabelecem processos de comunicação entre si, com discursos onde regem as regras e com regras que regem a realidade, como explica Kratochwil, logo, para Nicholas Onuf, o “*discurso e ato são total e solidamente ligados: os atos são a expressão dos discursos e dos significados, e não podem ser entendidos fora ou independente deles*” (NOGUEIRA, MESSARI 2005).

Dessa forma, observa-se como o o relato jornalístico, enquanto processo de interpretação e de construção da realidade, transformou o a construção do submarino nuclear em fato noticioso. Assim, a proposta de discutir o que foi dito pelos jornais será descrito através da história do projeto nuclear brasileiro, de onde surge a ideia de o Brasil ter o submarino para que o leitor possa se contextualizar. Logo após, será mostrado a importância estratégica e tecnológica do projeto e segue-se com a análise das reportagens.

1 A HISTÓRIA DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

O poder que os Estados Unidos possuem [...] têm capacidade de interferir nas questões internas de qualquer país. (BANDEIRA, 2009)

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) despontam como duas superpotências mundiais, mantendo-se em uma corrida armamentista. Nesse contexto, as nações entendiam que países desenvolvidos eram os que detinham o domínio da tecnologia nuclear, porque estas lhes conferiam poder e seu grau de importância no sistema internacional aumentava.

O Brasil, que estava sob a órbita dos Estados Unidos e tinha interesses em desenvolver um projeto nuclear, teve que coadunar sua política externa com seus interesses internos para auferir aos seus ganhos no campo nuclear.

Anterior à ditadura militar, já se formava no meio científico nacional que a pesquisa no Brasil precisava de amparo e coordenação. O mundo viu com a bomba atômica o poder que a ciência trazia ao homem. Assim, em 1951, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). E em 1956, foi criada a Comissão de Energia Nuclear (CNEN), com o apoio estadunidense², assumindo o comando da política nacional de energia nuclear, estabelecendo normas e regulamentos em radioproteção e responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil³.

Para os militares, Mello explica que,

A importância do programa nuclear era grande. Almejava-se com ele tanto o desenvolvimento e transferência de tecnologia de ponta, como a instalação no país de usinas nucleares para a geração de energia, algo constantemente visto como estratégico para o crescimento econômico do país, bem como de sua autonomia na ordem internacional. (2010)

Durante a ditadura militar, o projeto tomou forma com Ernesto Geisel (1974-1979). Seu governo estava focado em uma abertura política e isso se aplicou pela busca de maior participação do Brasil nos grandes temas de política internacional, mostrando a importância estratégica do país. Com a ordem mundial liderada pelos Estados Unidos e com interferência direta no país, o Governo Geisel teve que criar um programa paralelo e sigiloso para desenvolver as pesquisas no setor nuclear, pois não havia muito espaço para difundir sua autonomia, visto que os americanos tentavam

Conter a corrida armamentista e evitar um incidente fora de seu controle [...] julgavam que países em desenvolvimento, em especial, os sul-americanos, não teriam

²Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AcordoNuclear>>. Acessado em 15/12/2016.

³Disponível em <<http://www.cnen.gov.br/quem-somos>>. Acessado em 14/12/2016.

necessidades de deter as tecnologias de desenvolvimento de artefatos nucleares e deveriam ser impedidos, por quaisquer outros meios, de acesso às armas nucleares. (CORRÊA, 2010)

A ordem estadunidense queria a desmilitarização da América do Sul, retirando principalmente a presença dos militares dos projetos de desenvolvimento industrial, aeroespacial, nuclear e tecnológico. Por um lado, os Estados Unidos erguiam as ditaduras sob o pretexto de evitar o avanço do comunismo e do outro impedia o favorecimento de políticas de desenvolvimento e promoção ao acesso, principalmente, de tecnologia nuclear.

O Brasil assinou seu primeiro acordo nuclear com os Estados Unidos, em 1945. Dois motivos foram cruciais para essa assinatura: 1) Brasil fazia parte da esfera de influência estadunidense; 2) Os americanos eram o cerne da tecnologia militar e nuclear mundial. Contudo, as condições contratuais oferecidas pelos norte-americanos não permitiriam ao país avançar de fato, pois

Pelos seus termos, o país forneceria minérios radioativos e, em troca, esperava que os Estados Unidos enviassem ao Brasil reatores nucleares. A matéria-prima foi para os Estados Unidos, mas as centrífugas não chegavam no Brasil. (CORRÊA, 2010).

Visto que esta cooperação tinha interesses divergentes e ações desproporcionais, o Brasil vai em busca de outras parcerias. Sigilosamente e com o apoio do CNPq, recorreu a Europa, onde havia países que dominavam a tecnologia nuclear. Entre eles escolhe como opções a Inglaterra, a França e a República Federativa da Alemanha (RFA). As conversações foram melhores do lado alemão. Ele se mostrou mais favorável ao Brasil, pois este conseguiria adquirir três reatores para enriquecimento de urânio, enquanto a França não facilitou nada o acesso a eles e a Inglaterra nem avançou com as conversações. Assim, em 27 de julho de 1975, o Brasil assina o Acordo Nuclear com Alemanha, prevendo transferência de tecnologia nuclear. Nesse contexto também foi criada a estatal Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras S/A), em 1974, para dar suporte técnico e administrativo a CNEN e desenvolver projetos de pesquisas e estudos referentes à tecnologia nuclear em cooperação com a Alemanha.

Durante a Guerra Fria foi patente o uso da intimidação por proibição, no que concerne ao desenvolvimento de tecnologia nuclear para coibir a construção de novas bombas atômicas. Nisso, os países que venceram a Segunda Guerra Mundial, principalmente Estados Unidos e URSS, com o discurso de impedir a expansão dessas armas, elaboram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1968. O mesmo estava ligado à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e quando entrou em vigor, em 1970, havia cinco potências nucleares signatárias: Estados Unidos, União Soviética (substituída depois pela

Rússia), Inglaterra, França e China, os mesmos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (até hoje). O Tratado visava os interesses das nações que já detinham armamento e dava uma garantia que a paz ficasse dependente de certo equilíbrio nuclear. Eles ficariam obrigados a não transferir essas armas para os chamados “países não nucleares”, nem auxiliá-los a obtê-las, entretanto continuariam com seu aparato, enquanto que os países que desejavam introduzir pesquisas na área ficariam comprometidos.

O Brasil se recusou a assinar o Tratado, pois entendia que deter a tecnologia nuclear era um salto em desenvolvimento tecnológico, econômico e militar para o país. Os interesses brasileiros apontavam para o desenvolvimento da tecnologia nuclear, até mesmo por todo o contexto que se vivia durante a Guerra Fria de uma corrida armamentista. Apenas três décadas após a conclusão do pacto que o governo de Fernando Henrique Cardoso aderiu ao Tratado.

Segundo Corrêa (2010) *“no final da década de 1960, os países latinos americanos aceitaram as alegações das potências nucleares, em especial, Estados Unidos e União Soviética, e se organizaram a fim de conter a proliferação de armas nucleares”*. Para converter a América Latina em uma área desnuclearizada, um ano antes da assinatura do TNP, países da América do Sul e Caribe assinaram o Tratado de Tlateloco, na Cidade do México, em 1967, que ficou ligado ao Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL). O Brasil foi um signatário original deste Tratado, diferentemente do TNP, que a época recusou por estar contrário as condições do acordo.

2 A IDEALIZAÇÃO DO SUBMARINO NUCLEAR BRASILEIRO

“Não pode haver soberania sem capacidade de defesa.” (JOBIM, 2010)

A história do submarino nuclear remonta ao ano de 1975, sob a égide do artífice do Programa Nuclear brasileiro, Ernesto Geisel, presidente durante o regime militar. Dentro do Acordo Nuclear, assinado entre Brasil e Alemanha, já estava previsto a construção do submarino de propulsão nuclear, que mesmo sendo uma tecnologia moderna e pertencente a poucos países, iria ser realizada através da parceria entre Marinha do Brasil, a Nuclebrás e a Alemanha.

Os militares acreditavam que apenas países desenvolvidos dominavam a tecnologia nuclear, portanto para o Brasil também ser, deveria deter tal *expertise*. Entendia-se que o submarino nuclear deveria ser autóctone, pois *“os países que possuíam submarinos de propulsão nuclear não venderiam a tecnologia nem transfeririam este conhecimento ao Brasil.”*, Corrêa (2010). Também havia o fato de que alguns destes mesmos países possuidores eram signatários do TNP (como Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França), portanto ficavam proibidos para fazer transferência.

Fernanda Corrêa relata que a partir de conversas entre empresários brasileiros e alemães, juntamente com autoridades políticas brasileiras, que se levantou a hipótese de um trabalho conjunto para a produção no Brasil de submarinos nucleares. A estratégia inicial era construir ou adaptar um navio oceanográfico com propulsão nuclear, entretanto,

No curso das reuniões entre Batista, presidente da Nucleobrás, e de autoridades do Ministério da Pesquisa e Tecnologia da RFA, visando aos acordos de cooperação nuclear, os representantes alemães propuseram, no âmbito das finalidades pacíficas, a inclusão da propulsão nuclear naval e sugeriram aos brasileiros construir submarinos nucleares (2010).

Mesmo com a precariedade de recursos da Marinha brasileira, ela mostrou-se favorável ao empreendimento e conjuntamente com Nuclebrás, que tinha o papel de acompanhar a transferência tecnológica da Alemanha para o Brasil e de assistir as ações experimentais, partiram para formar o plano de ação conjunta. O Brasil já possuía as jazidas de urânio e também de tório, o que faltava era estrutura para iniciar o projeto. Segundo Corrêa,

O enriquecimento de urânio só seria possível por meio da instalação de centrais nucleares. Enquanto o Programa Nuclear Brasileiro estivesse sob a responsabilidade da Nuclebrás, a construção de centrais nucleares deveria ficar longe de suspeitas. Se o Brasil optasse por desenvolver um reator nuclear em bases militares, tal como foi

sugerido nos entendimentos com a Marinha do Brasil, o país seria ainda mais alvo das pressões e desconfianças internacionais. Ao envolver publicamente a Marinha do Brasil no Programa Nuclear Brasileiro, Geisel tinha a plena consciência do provável comprometimento a que estava submetendo o Acordo Nuclear. (2010)

Devido às pressões internacionais para que o acordo fosse cancelado, o governo brasileiro se viu obrigado a levar metade do programa para a clandestinidade para que assim, conseguisse êxito em suas pesquisas. Foi desse modo que a responsabilidade do programa passou para a Marinha (seguindo até os dias de hoje, quando o projeto voltou ao andamento em 2008).

Como dito no capítulo anterior, não era do interesse estadunidense que Brasil, ou qualquer outro país da América Latina, estivesse realizando pesquisas nucleares e um acontecimento chama a atenção para este período. Estando as Forças Armadas brasileiras descontentes com a Doutrina de Segurança estadunidense para a América Latina, as quais estavam subordinadas, fez com que, gradativamente, o país fosse se desvencilhando dela. Em 1977, foi denunciado pelo Brasil o Acordo de Assistência Militar mantido com os Estados Unidos, desde 1952. A atitude de sair do Acordo mostrava que o projeto de construção do submarino nuclear era mais importante e precisava amadurecer porque isso modificaria nosso *status* tecnológico, científico e militar.

Ademais, Corrêa (2010) aponta que a Guerra das Malvinas, em 1982, foi um observatório para o Brasil, pois *“a utilização dos submarinos nucleares ingleses para negar o uso do mar juridicamente argentino a eles mesmos foi decisiva para que o presidente Figueiredo [...] viabilizasse verbas para a sua construção”*. Não só produziu esse efeito, como também tornou entre Brasil e Argentina as *“relações político-militares mais flexíveis e ainda mais complacentes no campo das atividades nucleares.”* (CORRÊA, 2010). A postura estadunidense durante o conflito expor uma falha na relações com os países do Cone Sul, uma vez que os Estados Unidos foi favorável à Grã-Bretanha e não a Argentina, com a qual tinha um acordo mútuo, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), onde um ataque contra um dos membros seria considerado como um ataque contra todos. Segundo Corrêa (2010), a *“atitude dos Estados Unidos na Guerra das Malvinas constituiu o argumento definitivo para o Brasil comprovar a ineficácia do TIAR e começar a construir uma base de relacionamento político-econômico-tecnológico com a Argentina.”*

Atualmente o programa de construção do submarino nuclear é um dos elementos mais importantes da Estratégia Nacional de Defesa (END), pois a Marinha passa a ter *“a possibilidade de interditar o acesso à margem ocidental do Atlântico Sul a qualquer força aeronaval potencialmente hostil”* (CORRÊA, 2010).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial com o advento da Guerra Fria, era imperativa a projeção de poder do Brasil sobre o Atlântico Sul. O Brasil é um país de dimensões continentais, possuidor de grandes reservas de água potável, enorme biodiversidade, vastos recursos minerais, com extensas fronteiras terrestres e reservas de pré-sal na costa atlântica. Esses elementos tornam-se imprescindíveis para proteger a soberania nacional.

3 ELEMETOS ESTRATÉTIGOS DO PROSUB

*“Na guerra naval, o submarino é o meio que apresenta a melhor razão custo/benefício. Sua vantagem resulta da capacidade de ocultação, que se traduz em efeito surpresa. Os submarinos agregam uma importância estratégica inegável, que causa um efeito dissuasório”.*⁴

Atualmente, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) está diretamente ligado ao Programa Nuclear da Marinha (PNM). Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Marinha, desde 1979, contribui para o Programa Nuclear Brasileiro (PNB), tendo alcançado total domínio sobre o ciclo de combustível nuclear⁵.

O PROSUB inclui a construção de quatro submarinos convencionais da classe Scorpoène e um nuclear; uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) e um complexo de Estaleiro e Base Naval (EBN) que se encontra em construção às margens da Baía de Sepetiba, no Município de Itaguaí (RJ), pois essa zona tem profundidade adequada para a movimentação de navios de grande porte⁶. Dentro do PNM, encontra-se o projeto do reator nuclear para o PROSUB, que será propriamente usado no submarino nuclear e está sendo construindo no Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE)⁷, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) que fica no Centro Experimental Aramar em Iperó, no estado de São Paulo.

A dimensão da importância do projeto pode ser dividida em duas perspectivas:

1) Estratégica: O submarino traz consigo o “elemento surpresa”, dado sua capacidade de ocultação, tendo essa capacidade, ele só pode ser identificado por ondas sonoras emitidas por radares. O submarino convencional tem propulsão eletrodiesel, sendo um tipo de motor de combustão interna, precisa de ar para misturar com o combustível, tornando-se esta sua maior restrição⁸. Isso faz com que tenha que vir a superfície num período mais curto. Portanto, seu uso se restringe a águas rasas. Seu emprego estratégico é de posição, pois não alcança alta velocidade (deslocando-se a uma velocidade média de seis nós, aproximadamente 11 km/hora) e nem profundidade. Distintamente dos submarinos convencionais, os nucleares, que podem também serem dotados de ogivas nucleares (mas não é o caso brasileiro) dispõem de elevada mobilidade, pois possuem enorme fonte de energia e podem desenvolver altas velocidades (média de trinta e cinco nós, quase 65 km/hora) por longo tempo, ocupando

⁴ Disponível em <https://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/pdf/temas/snbr.pdf>. Acessado em 15/06/2016.

⁵ O ciclo do combustível nuclear é o conjunto de etapas do processo industrial que transforma o mineral urânio, desde o momento em que é encontrado em estado natural, até sua utilização como combustível, dentro uma usina nuclear. (LBDN, 2008).

⁶ Disponível em <https://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/pdf/temas/snbr.pdf>. Acessado em 14/06/2016.

⁷ Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/ctmsp/labgene>>. Acessado em 14/06/2016.

⁸ Disponível em <<http://www.naval.com.br/blog/2013/05/25/submarinos-convencionais-e-nucleares-de-ataque/>>. Acessado em 15/06/2016.

rapidamente áreas geográficas consideráveis. Sua fonte de energia é um reator nuclear que faz com que não precise vir à superfície tanto quanto o convencional e é empregado com a finalidade de movimentação em mar aberto, sendo o mais satisfatoriamente para cumprir a tarefa de negação do uso do mar, logo seu emprego estratégico é o de movimento. Inclusive, em acréscimo ao que se menciona acima, a Estratégia Nacional de Defesa diz que,

Deve se ter claro que, dadas as dimensões continentais do território nacional, presença não pode ser onipresença. A presença ganha efetividade graças à sua relação com monitoramento/controle e com mobilidade. (2008, pág. 14)

2) Tecnológico: A nacionalização do projeto de através da Transferência de Tecnologia (ToT), da empresa francesa Direction des Constructions Navales (DCNS). Esse processo de nacionalização decorrente da ToT, inclui: a fabricação de sistemas, equipamentos e componentes, o treinamento para o desenvolvimento e integração de softwares específicos de importantes sistemas e suporte técnico para as empresas durante a fabricação dos itens, bem como a consultoria técnica durante a construção.

Quanto ao emprego dos submarinos, os convencionais (S-BR) serão empregados no cumprimento da tarefa básica de negar o uso do mar, em ações de submarinos contra força ou tráfego marítimo inimigo. Em tempos de paz, contribuirão para a defesa das bacias petrolíferas brasileiras, com ênfase no Pré-sal. Os submarinos de propulsão nuclear (SN-BR) serão empregados em mar aberto, nas chamadas águas azuis, acompanhando e neutralizando uma força naval que ameace o Brasil. cumprindo a tarefa de negação do uso do mar, dentro da estratégia do movimento, para qualquer ação inimiga em potencial que se aproxime da costa brasileira.⁹

A negação do uso do mar está afigurado como objetivo estratégico e tático da Marinha, imprescindível ao Brasil “*para manter a capacidade focada de projeção de poder*” (END, 2008).

A época da assinatura do acordo, que autorizava o Senado a fazer o investimento, o Programa foi considerado o “carro chefe” do Ministério da Defesa, na então gestão do Ministro Nelson Jobim. E umas de suas premissas importantes é que o Brasil será o sétimo país detentor de um submarino de propulsão nuclear. Os outros depositários são Índia e os países que fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas: Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia e China.

⁹ Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/ctmsp/labgene>>. Acessado em 14/06/2016.

Atualmente, o Brasil conta para as suas operações navais com 4 submarinos da classe Tupi (S-30 Tupi, S-31 Tamoio, S-32 Timbira e o S-33 Tapajó) mais o submarino da classe Tikuna (S-34 Tikuna)¹⁰

¹⁰ Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

4 A PERCEPÇÃO DOS JORNAIS

Se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. (Estratégia Nacional de Defesa, 2008).

Pode-se dizer que o maior protagonismo internacional que o Brasil assumiu nos últimos anos no campo político e econômico afetou decisivamente a forma de pensar e conduzir a área de defesa e segurança.

Alguns fatores contribuíram para uma mudança de postura do país:

1. Realidade: Como colocam Pinto, Rocha, Silva (2004), o Brasil é um dos cinco "países monstros", ou seja, aqueles que tem grande território e grande população. Possui grandes reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais. As extensas fronteiras terrestres e as reservas de pré-sal na costa atlântica são elementos imprescindíveis na preocupação de proteger a soberania nacional.

2. Dinâmica do cenário internacional: Terrorismo como inimigo difuso, instabilidade em nações exportadoras, medo de lutas por suprimento energético, rivalidades geopolíticas e necessidades de energia para alimentar o crescimento econômico nacional.

3. Perspectivas: Uma posição de destaque no contexto internacional, a partir de uma estabilidade política e econômica, o que exige nova postura no campo da defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro. (Estratégia Nacional de Defesa, 2008).

Em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os investimentos nas Forças Armadas cresceram. O Brasil consolidou-se como sétima economia mundial e se tornou ator expressivo nas relações internacionais. Projetos de defesa foram engendrados, dados as condições de maior *player* regional e as dimensões físicas, políticas, econômicas e militares que o Brasil possui. O país teve problemas orçamentários, com forte redução de despesas que atingiu sua iminência em 2003. Esse cenário teve uma mudança com gradual recuperação até meados de 2010¹¹. A Tabela 1, mostra os principais projetos¹² em relação a Marinha brasileira, que constam no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), para ilustrar os gastos com defesa nesse período.

¹¹ Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

¹² Na tabela não estão destacados os subprojetos. Ver mais em Livro Branco de Defesa Nacional (2008).

Tabela 1: Projetos de Defesa Marinha brasileira.

Projetos	Total de Subprojetos integrados	Início
Projeto Construção do Núcleo do Poder Naval.	28	2009
Projeto “Complexo Naval das 2ª Esquadra/2º Força de Fuzileiros da Esquadra (2ªFFE)	7	2013
Projeto Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	1	2011
Projeto Segurança da Navegação	4	2013
Projeto Pessoal – Nosso Maior Projeto	11	2010
Projeto de Recuperação das Capacidade Operacional (RCO)	9	2009
Projeto Construção do Núcleo do Poder Naval	67	2009
Projeto Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	1	2013
Projeto Segurança da Navegação	3	2013

Fonte: Adaptado de Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Sobre os investimentos que o país estaria fazendo, o jornal *La Nación*, profere que,

En los últimos años, el gasto militar brasileño ascendía a 1,2 del PBI de ese país (tres veces superior al argentino), pero, a partir del segundo mandato del gobierno de Luiz Inacio Lula da Silva, y con la estabilización de su economía, el desembolso ascendió al 2%. *La Nación*. Agosto de 2009.

Como produto deste contexto, além das vantagens no âmbito nacional, estas melhorias também contribuem e impulsionam o desenvolvimento de um projeto brasileiro de grande potência. Acerca deste assunto, é possível observar que o anseio do Brasil em se inserir de forma mais significativa e ocupar uma posição de maior protagonismo no sistema internacional sempre permeou os discursos e as ações de política externa do governo. No entanto, pode-se afirmar que somente na última década tal projeto adquiriu maior impulso graças à contribuição significativa de fatores como, por exemplo, a estabilidade política e econômica.

Observando o *modus operandi* das grandes potências mundiais, podemos estabelecer um modelo que deve ser seguido para o aumento do exercício do poder regional: A consolidação econômica, a capacidade bélica e o exercício de influência política.

Na América do Sul, os países demonstraram crescentes investimentos nos orçamentos de defesa. O recorde nos investimentos na região, segundo o Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo (SIPRI, sigla em inglês) chegou em 2013 a 69,6 bilhões de dólares, isto relacionado aos orçamentos de outras regiões do mundo onde há os países com maiores gastos em defesa como Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, França, Japão,

Índia, Arábia Saudita e Alemanha (ver Tabela 2). Em alguns momentos, estes investimentos em defesa na América do Sul, foi colocado como uma corrida armamentista entre os países, como por exemplo, “*El porcentaje de incremento supera en cinco puntos el promedio mundial (un alza del 45% entre 1999 y 2008), lo que ha llevado a que los países de la región se acusen entre sí de estar alentado una carrera armamentista [...] Avanza la región hacia una carrera armamentista.*” (La Nación, agosto de 2009)

Tabela 2 – Gastos em defesa por regiões do mundo de 2008 a 2015 (US\$ bilhões)

Região	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Américas	768	826	847	838	800	747	706	689
Norte	703	759	777	769	725	668	628	613
Sul	58,0	59,2	62,0	60,8	66,1	69,6	68,1	65,4
Ásia e Oceania	311	349	357	372	387	404	427	450
Central e Sul asiático	53,1	60,8	61,7	63,0	63,4	63,7	67,2	67,8
Leste asiático	200	228	235	247	262	275	293	310
Europa	397	404	397	390	394	387	390	397
Central	23,6	22,9	22,0	21,5	21,1	20,9	22,3	25,2
Oriental	64,6	66,3	67,4	72,8	84	88	94,1	101
Ocidental	309	315	307	296	289	278	274	271

Fonte: SIPRI (2015)

A parcela que o Brasil tem nesse contexto é bem representativa, pois o país apresentou despesas de ordem crescente desde 2008 até 2015 (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Gastos em defesa por países da América do Sul (2008-2015)

País	Ano							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina	2538	2904	3404	3869	4212	4302	4.699,29	3890
Bolívia	3349	3432	3309	4041	4985	5603	6214	5314
Brasil	19187	29452	35901	32939	32482	30257	28941	20967
Chile	36.9	41.5	51.3	54.8	50.6	46.2	48.1	42.4
Colômbia	79.2	95.1	102.7	98.3	108.8	97.8	74.5	85
Equador	1646	1949	2094	2454	2590	2804	2922	2697
Guiana	30.2	31	30.9	32.2	32.7	34.5	38.7	44.2
Paraguai	1564	1900	2183	2832	3520	3695	4152	4136
Peru	1288	1650	1912	2065	2458	2855	2775	2835
Uruguai	505	743	790	813	919	1136	822	878
Venezuela	4319	1220	1251	1476	3074	4638	5034	4753

Fonte: SIPRI (2015)¹³

¹³ Todos os valores estão expressos em milhões de dólares, com cotação estimada pelo Banco Central Brasil, utilizando como base a data de 31 de dezembro do respectivo ano. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp?id=convmoeda>>. Acessado em 08/02/2017

Os dois jornais mostram que o reaparelhamento da Marinha, através do domínio da tecnologia de um submarino nuclear traz consigo um novo patamar estratégico em termos de defesa ao Brasil. Quanto a isso, já em 2009 o Clarín publicou um artigo que chamava a atenção sobre a condição do Brasil nesse contexto e sublinhava a condição inferior da Argentina dentro de um cenário regional de “corrida armamentista”:

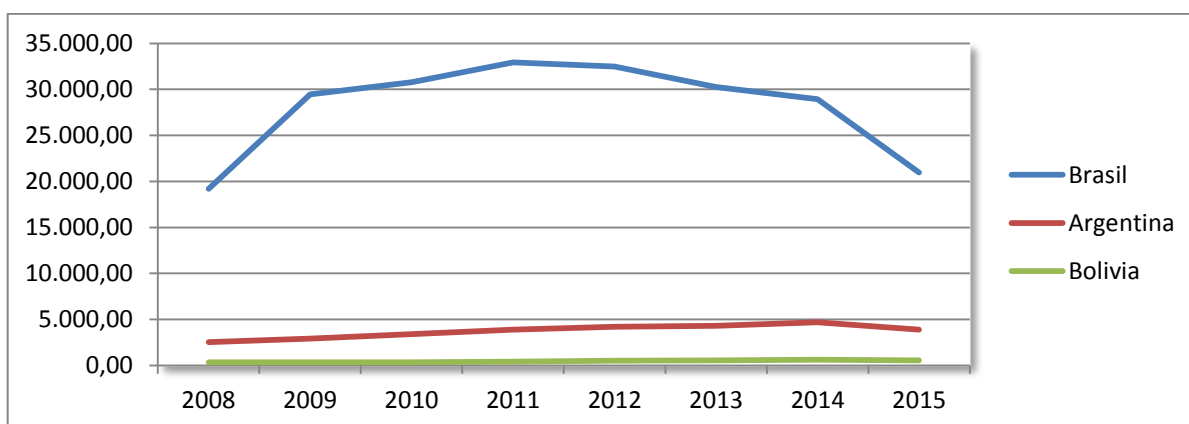
En los hechos, significa un reposicionamiento ‘real’ brasileño en Sudamérica. Los gastos armamentísticos en este país ya superan con creces a los de Venezuela y los de Colombia, las dos naciones que hasta ahora llevaban la delantera. Es notorio, también, el apoyo político opositor a la estrategia oficialista frente al nuevo escenario geopolítico regional [...] En ese contexto, el único país grande que parece mantenerse al margen de la carrera por el reequipamiento militar es Argentina. Tanto Chile como Perú siguen el ejemplo colombiano, brasileño y venezolano. *El Clarín*, setembro de 2009.

Em uma comparação quanto aos gastos entre a Argentina e o Brasil, o Clarín ressalta que,

Argentina tiene un gasto paupérrimo en el rubro, por debajo del 1% de su producto. Pero el vecino Brasil encabeza la lista de los que más invierte, casi la mitad del presupuesto total de la región, aunque aún así está lejos de ser una potencia militar. *El Clarín*, agosto de 2009.

O Grafico 1 traz uma comparação entre Brasil, Argentina e Bolívia (país este que detém o menor gasto em defesa). Nele, observar-se que o processo orçamentário brasileiro, no primeiro momento, teve um aumento que se manteve estável de 2009 a 2013, mas que logo após declinou. Enquanto isso, a Argentina mantém um orçamento linear, mas inferior ao Brasil. Segundo o Livro Branco de Defesa (2012), o Brasil conta com três princípios para o orçamento de defesa: estabilidade, regularidade e previsibilidade. Estes ajudam a tornar o a alocação de recursos mais eficiente.

Grafico 1: Comparação de gastos em defesa



Fonte: Elaborado pelo autor.

A existência de uma política de segurança e defesa proporcionou ao Estado brasileiro condições de orientar seus investimentos, seus programas, suas necessidades e desejos, seus objetivos, amparado por diretrizes e doutrinas pré-estabelecidas e definidas.

A aspiração brasileira de ter uma posição de destaque no contexto internacional, exigia uma nova postura no setor de defesa, com investimentos efetivos para favorecer a construção de uma autonomia estratégica, com desenvolvimento nacional, dando-lhe condições de ter instrumentos de dissuasão e uma sólida indústria de defesa.

O país já possui condições intrínsecas que o projetam como importante ator internacional. Segundo Fuccille (2014),

Falar de Brasil no contexto sul-americano implica, necessariamente, falar em números grandiosos: 45% da área total do subcontinente, 50% de sua população, 59% de sua economia/PIB (detendo cerca de 75% da base industrial e 2/3 de sua agricultura), 42% da produção de petróleo, quase ¾ dos desembolsos voltados à infraestrutura da integração regional, entre outros indicadores igualmente superlativos.

A ausência de um pensamento integrado para a defesa nacional limitava o planejamento dos projetos racionais de capacidade combativa das Forças Armadas. Assim, diante do cenário em que o Brasil quis ampliar sua capacidade de defesa, avançando com seu antigo projeto de construção de um submarino nuclear, reverberou na mídia argentina que,

Para Brasil no hay dudas: el país precisa de un submarino capaz de permanecer meses a grandes profundidades, sobre todo para vigilar las aguas donde tiene las grandes reservas petroleras, de la llamada capa pre-sal. No es un detalle que esa "arma" esté equipada con el más sofisticado sistema de misiles fabricado por Israel. *Clarín*, dezembro de 2008.

O projeto de construção do submarino nuclear foi apontado pelo jornal *La Nación* em fevereiro de 2008 como um “*acuerdo que afianzaría el papel de Brasil como líder regional*”. Em outra publicação no mesmo mês, o jornal disse que “*Para llegar al verdadero juego internacional, Brasil prepara su emblema: un submarino a propulsión nuclear [...] Nadie en la región tiene un proyecto tan ambicioso*”. Em novembro do mesmo ano, o jornal dizia “*Brasil se desmarca como potencia regional a pasos agigantados. No sólo económicamente, sino también militarmente*” através de uma “*modernización sin precedente de sus fuerzas armadas*”. Essa ampliação, em termos qualitativos, seria sinônima de uma evolução nacional. De fato, ao chegar como 7ª economia mundial no ano de 2014¹⁴, ultrapassando até mesmo França e o Reino Unido, o Brasil pode aumentar os investimentos na área de defesa a fim de equalizar a capacidade militar e empregabilidade das Forças Armadas e a proeminência de sua

¹⁴ Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>>. Acessado em 16/02/2017.

projeção no sistema internacional. Em dezembro de 2008, o jornal colocava que o *“Brasil no cesa en el empeño por consolidar su peso en la región y, al mismo tiempo, reubicar su papel a escala mundial”*. Ora, o jornal El Clarín, também em 2008, colocava em uma publicação de dezembro que *“Nicolás Sarkozy preparaba (...) un acuerdo para convertir a Brasil en la “cabeza de playa” de la industria militar francesa”*.

Nesse contexto, vale destacar que muitas vezes entre os jornais, foi apresentado que o governo francês, à época tendo como presidente Nicolas Sarkozy, propunha favorecimento para que o Brasil estivesse no Conselho de Segurança das Nações Unidas, teminadamente após uma reforma do mesmo. Mas, não só o o Conselho, como também o G-8. Por exemplo, esta publicação de fevereiro de 2008, do jornal La Nación dizia que *“El gobierno de París reiteró que se esforzará por incluir a Brasil en organismos como el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y el G-8”*. Na mesma reportagem, dizia-se que *“Francia ya significa para Brasil una espada importante en su lucha por ser miembro permanente del Consejo de Seguridad”*. Vale salientar que o Brasil, e Argentina, permanentemente, desejam uma reformulação na sua composição do Conselho de Segurança para auferir uma cadeira como membro permanente. Deve-se considerar também, que sendo a França membro permamante do Conselho, o Brasil pode o usar PROSUB como meio para ter maior vantagem sobre o assunto. Em dezembro de 2008, o mesmo jornal relatava que *“Sarkozy complació a Lula al decir que Brasil debe ser parte del Consejo de Seguridad, algo que requiere una tarea previa: la reforma de la carta de la ONU”*.

Atualmente, muitos países criticam a estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas por ainda refletir uma imagem da Segunda Guerra Mundial, onde seus membros permanentes são os vencedores dela (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China). Logo, os países que reprovam esse modelo, buscam através de diversas propostas de reforma, conferir mais representatividade e legitimidade ao Conselho para que a distribuição de poder possa corresponder ao atual sistema internacional. Brasil e Argentina fazem parte deste grupo que propõe uma reforma.

Quando o acordo do PROSUB foi assinado (2008), no Brasil, o presidente era Luíz Inácio Lula da Silva. As reportagens dos jornais colocavam que o presidente brasileiro buscava benefícios em relação ao Conselho de Segurança pela cooperação existente entre Brasil e França. Em setembro de 2008, o La Nación dizia que *“Lula da Silva, y su par francés, Nicolas Sarkozy, firmarán hoy el mayor acuerdo de defensa de los últimos tiempos y afinarán sus posiciones diplomáticas para reformar el Consejo de Seguridad de la ONU”*. E em outra reportagem em dezembro de 2008, falava que *“Lula busca el apoyo de Francia y la Unión Europea para conseguir un asiento en el Consejo de Seguridad de la ONU*. Também o jornal

El Clarín, em fevereiro de 2008 dizia que *“El líder francés apoyó el pedido brasileño por un asiento permanente en Naciones Unidas”*, evidenciando ainda mais tal situação.

Observando na histórica relação de tensão e distensão entre Brasil e Argentina, o militarismo de ambos firmou a ideia de um necessário certame de armas. Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a relação foi marcada pela intervenção americana, devido ao alinhamento que Brasil tinha com os Estados Unidos e pelas fortes conexões que a Argentina teria com a Alemanha. *“Para os Estados Unidos, por diversos motivos, Argentina se transformou no principal suspeito de colaborar com o regime nazista, embora nada pudesse provar o seu envolvimento direto com o governo do Terceiro Reich”*, como cita Glick (2010). A imagem criada de uma Argentina favorável aos nazistas, por causa de sua neutralidade frente ao conflito, fez com os Estados Unidos criasse uma campanha de que o país seria uma ameaça ao Brasil. Segundo Bandeira (1995) *“Essa propaganda visava, naturalmente, a fomentar o clima de desconfiança e a criar condições para a deflagração da guerra entre os dois países”*. Entretanto, o presidente à época, Getúlio Vargas, preferiu não colocar a Argentina numa posição de hostilidade.

Apesar de o contexto apontar a Argentina como principal rival do Brasil, não havia dentro das Forças Armadas política ofensiva à Argentina. Alguns episódios que aconteceram durante esse período mostraram uma tendência de rivalidade pelo aumento de capacidade bélica, Por exemplo,

Um “episódio ocorrido foi o da venda de seis destroyers, em 1937, dos Estados Unidos ao Brasil, a Argentina reagiu energeticamente e tratou para impedir a venda, o que ressentiu Vargas, Enquanto encomendava da Grã-Bretanha a construção de várias unidades para a sua Marinha. Segundo BANDEIRA (1995, Pág.33 *apud* R.M. SCOTTEN, Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, ao Secretário de Estado, assunto: Rumor Regarding Supposed Intention of Argentina to Attack Brazil, Rio de Janeiro, 4.3.1938)

Esse episódio influenciou o Exército e a Marinha brasileira para barganhar mais recursos para armamentos. Neste período, Estados Unidos contribuíram significativamente com armamentos para o Brasil e ele o seguiu pragmaticamente para conseguir armamento e outros meios para desenvolver sua segurança. Segundo Bandeira,

o fortalecimento militar do Brasil, que os Estados Unidos promoviam e alardeavam, era também um meio de intimidar a Argentina a acuar, por constranger suas Forças Armadas, cada vez mais inquietas e alarmadas ante a falta de material bélico. [...] O receio do crescente poderio militar no Brasil, com armamentos fornecidos pelos Estados Unidos através do sistema de *lend-lease*, impulsionou as Forças Armadas, naquela situação, a assumirem o governo da Argentina [em 1943]. (1995, Pág. 35)

Houve um episódio onde Estados Unidos tentaram forçar o Brasil a atacar a Argentina, assim que aconteceu o Golpe Militar nela. Segundo Bandeira

Em fevereiro de 1944, no exato momento em que Farrel e Perón tiravam Ramirez do governo, o rumor de que navios norte-americanos e brasileiros sob o comando do Almirante Jonas H. Ingram, aproximou-se da Argentina [...] o desígnio não era apenas fazer uma demonstração de força, a fim de intimidar Bueno Aires, e sim promover o bloqueio do Rio do Prata, o que certamente precipitaria o Brasil a invadir a Argentina. O Secretário de Estado, Cordell Hull, já fizera essa proposta e o próprio Roosevelt, com a perspectiva de uma intervenção militar na Argentina, determinara que o Munitions Assingment Board entregasse rapidamente ao Brasil grandes quantidades de armas e munições, bem como equipamentos para duas ou três divisões de regimentos motorizadas, de modo que ele pudesse concentrar poderosas forças no Rio Grande do Sul. (1995, Pág.33. Telegrama, nº 3, confidencial, Martins a Vargas, Washington, 11.1.1944, AGV, doc. 6, vol. 43. Cordel HULL, *The Memories of Cordel Hull*, vol.II, New York, The MacMillan Company, 1948, pp1390-1391)

Os Estados Unidos empreendiam manobras que visavam separar os dois países. Inclusive, pensava-se que o Brasil não deveria enviar tropas para à África ou à Europa [durante a Segunda Guerra Mundial], visto que a Argentina poderia valer disso para atacar na Bacia do Prata (VARGAS, 1995). Depósitos e bases de operações foram construídos na fronteira sul do Brasil, justamente pela desconfiança que se tinha de um conflito iminente. Inclusive, atualmente, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, determina como regiões prioridades para defesa o Norte, Oeste e o Atlântico Sul¹⁵. Algumas partes do contingente militar existente no Sul foram transferidas ao Norte para complementar à defesa desta região.

Destarte, a conjuntura em torno das relações Brasil-Argentina foi permeada por uma longa rivalidade calcada pelos interesses norte-americanos e delineada pela ameaça recíproca. Contudo, o cenário de antagonismo ainda continuou por períodos que sucederam até a abertura democrática das ditaduras provisórias ocorridas em ambos os países durante a Segunda Guerra Mundial, que aconteceram simultaneamente. Segundo Vargas (1997) “*a aproximação brasileiro-argentina coincidiu com o relaxamento das tensões entre as superpotências que levou ao fim da Guerra Fria*”. Para Bandeira (1995), os dois países começaram a entender que suas identidades se correspondiam, pois “*suas economias mais se complementavam do que competiam, [com] os regimes políticos semelhantes em ambos os países, quer pelo conteúdo social, quer pela matriz ideológica*”.

Nesse momento da história, observa-se como os Estados Unidos teve uma penetração que ditou as circunstâncias de amizade e inimizade entre os países. Carl Schmitt (1979), em uma de suas obras¹⁶, nos apresenta o conceito do Político, que é um campo de relações que se encontra “*em constante alteração, conforme as forças e potências se coligam ou se divorciam para afirma-se*”. Além disso, vem a ser pressuposto para que o Estado compreenda as

¹⁵ Estratégia Nacional de Defesa (2008, pág. 13).

¹⁶ Colocar a bibliografia do livro aqui.

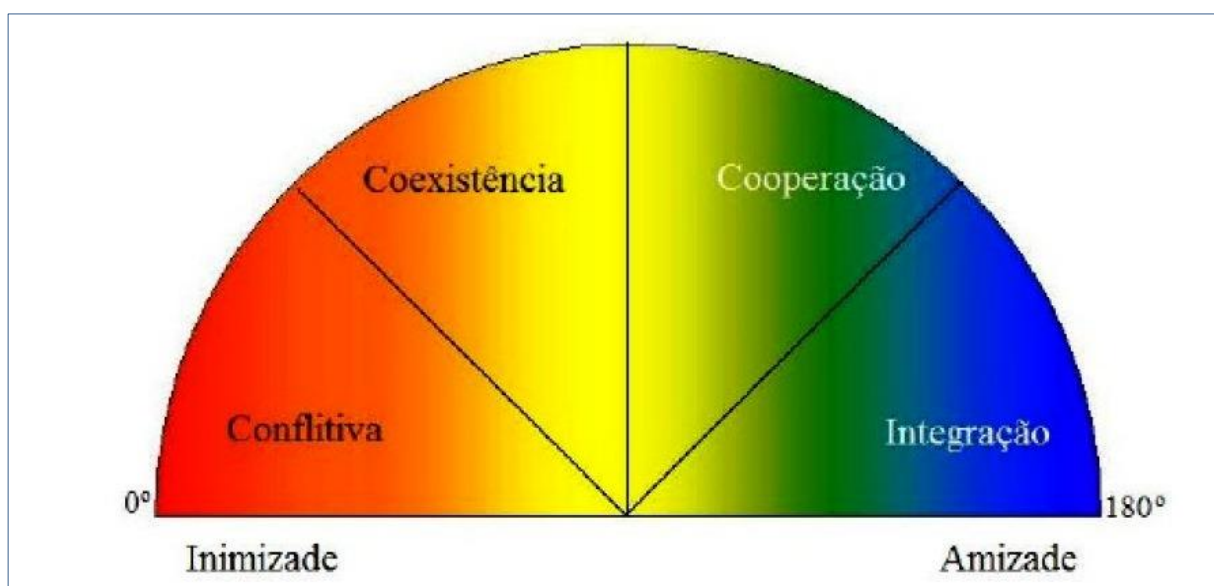
relações que Estados-nações estabelecem entre si, pois o “*político, em todo caso, sempre é o agrupamento que se orienta na perspectiva da eventualidade séria*” (SCHMITT, 1979).

Logo,

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação; ela pode, teórica ou praticamente, subsistir, sem a necessidade do emprego simultâneo das distinções morais, estéticas, econômicas, ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente econômico, podendo talvez até mostra-se proveitoso fazer negócios com ele. Pois ele é justamente o outro, o estrangeiro, bastando a sua essência que, num sentido particularmente intensivo, ele seja existencialmente algo outro e estrangeiro, de modo que, no caso extremo, há possibilidade de conflitos com ele, os quais podem ser decididos mediante uma normatização geral previamente estipulada, nem pelo veredicto de um terceiro “desinteressado”, e, portanto, imparcial. (SCHMITT, 1979)

Neste ponto, podemos analisar o padrão de relacionamento, proposto por Oscar Medeiros Filho (2010), para entender variáveis que levaram a construção de uma inimizade entre Brasil e Argentina, e que também levaram para construção de uma amizade, gerando a partir daí, cooperação.

Figura 2: Padrão de relacionamento



Fonte: FILHO (2010)

O tipo de discurso recorrente dos Estados Unidos mostrou claramente uma conduta de induzir e manipular o governo brasileiro a produzir uma imagem da Argentina como inimiga. As regras que regiam este discursos baseavam em três dimensões: o político, o militar, e o

econômico. Pode-se dizer que O Brasil era importante nesse contexto para o governo norte americano por ter uma colocação,

de maior relevância geopolítica, devido ao imenso espaço territorial e aos recursos que possuía e ao fato de ter fronteiras com todos os países da região (exceto Chile e Equador), ocupar grande parte do litoral do Atlântico Sul, defrontado com a África Ocidental. (BANDEIRA, 2009)

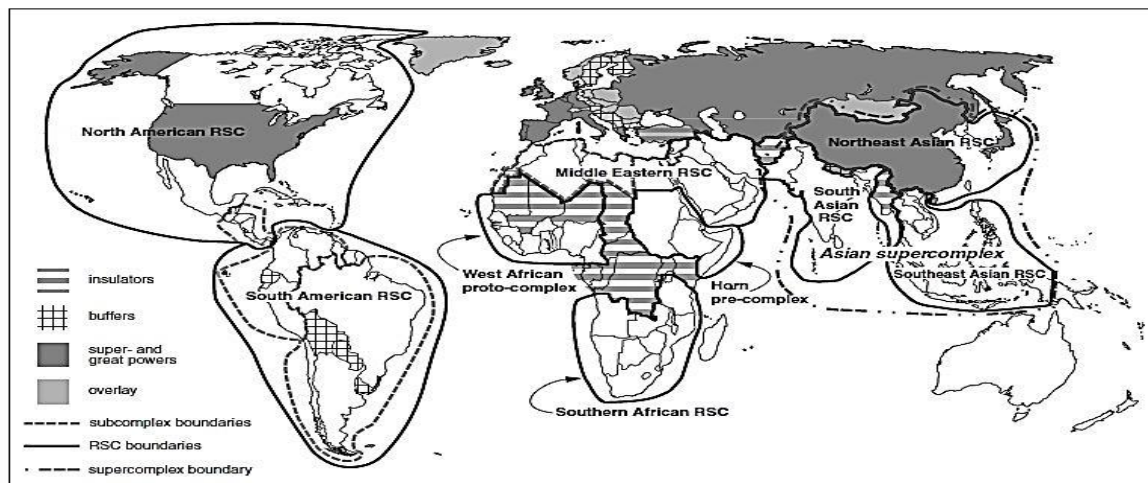
A América do Sul sempre sofreu grande penetração dos Estados Unidos nas agendas de segurança e defesa da região. Sua influência na América Latina data desde a doutrina Monroe em 1823 (a América para os americanos) até os dias de hoje. Os teóricos Barry Buzan e Ole Wæver, principais autores da Escola de Copenhague, se propuseram a entender a emergência de uma nova concepção de segurança com uma nova visão de segurança ampliada. Eles defendem que num mundo multipolar (pós-Guerra Fria) deve-se analisar a segurança sob uma ótica regional e não sistêmica global.

Essa preposição é justificada por dois fatores. A primeira é a emergência de potências regionais no contexto do pós Guerra Fria e a segunda é o fato de cada região ser caracterizada por dinâmicas de segurança próprias. Essas dinâmicas fazem com que – devido aos Estados, que compõe a região, estarem tão próximos - a segurança de cada um não pode ser pensado em separado.

Juntamente com essas ideias há também a constatação de que a maior fonte de preocupação em matéria de segurança de qualquer Estado é com relação aos seus países vizinhos. A partir disso, os autores criam a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, que pode ser observado conforme a Figura 3, que mostra esse complexo, que são formados por quatro níveis: 1) Nível doméstico dos Estados da região: vulnerabilidades geradas internamente podem fazer outros Estados perceberem a situação como ameaça; 2) Relações entre os Estados da região/complexo; 3) Interação da região com as regiões vizinhas; 4) O papel das potências mundiais na região.

A região das Américas central e do Sul são áreas influenciadas pelo complexo de segurança regional do norte das Américas que tem como centro a própria agenda dos Estados Unidos, pois sendo uma superpotência seus interesses vão além do complexo que está inserido, projetando sua influência para um lado e para o outro (BANDEIRA, 2009). O mapa subsequente apresenta os complexos supracitados

Figura 3: Complexos de Segurança Regional



Map 1. Patterns of Regional Security During the Cold War

Fonte: BUZAN, WEAVER (2003).

Os discursos midiáticos trazem informações na relação dos Estados Unidos ao programa de construção do submarino nuclear. Por exemplo, em setembro de 2008, o jornal *La Nación* publicou em uma reportagem que

El propio peso de la nueva y futura posición de Brasil no estará desprovista de fuertes espacios de rivalidad y desconfianza con Estados Unidos. Una situación natural entre una superpotencia mundial que tiende a ver el continente americano como su área de influencia básica [la IV Flota está presente en estos momentos en aguas del Atlántico Sur]. *La Nación*, setembro de 2008.

A Quarta Frota é uma divisão da Marinha americana que faz operações na América do Sul. Sua primeira atuação foi em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial e foi reativada novamente em 2008, mesmo ano em que foi firmado acordo que originava o PROSUB. Vale lembrar que este mesmo período também é um momento para Brasil em que ele passa por um desenvolvimento na sua mentalidade marítima, apresentando uma preocupação em defender seus recursos naturais presentes no mar, levando em consideração que o mar é tido como elemento impredicível de defesa para proteção da soberania brasileira. Em uma reportagem que se aproxima a este contexto, o jornal *La Nación*, em setembro de 2009, dizia que “*La preocupación por garantizar la seguridad de "recursos estratégicos" aumentó luego de que Estados Unidos anunció, el año pasado, la reactivación de su IV Flota*”. Segundo o jornal *El Clarín*,

El gobierno de Estados Unidos observa con recelo el rearme iniciado por las Fuerzas Armadas en Brasil y cuestionó la compra de un submarino nuclear para defender las reservas de petróleo [...] El submarino de propulsión atómica que Brasil comprará a Francia es considerado un “elefante blanco” en un telegrama enviado por el ex embajador estadounidense Clifford Sobel a Washington. *El Clarín*, dezembro de 2010.

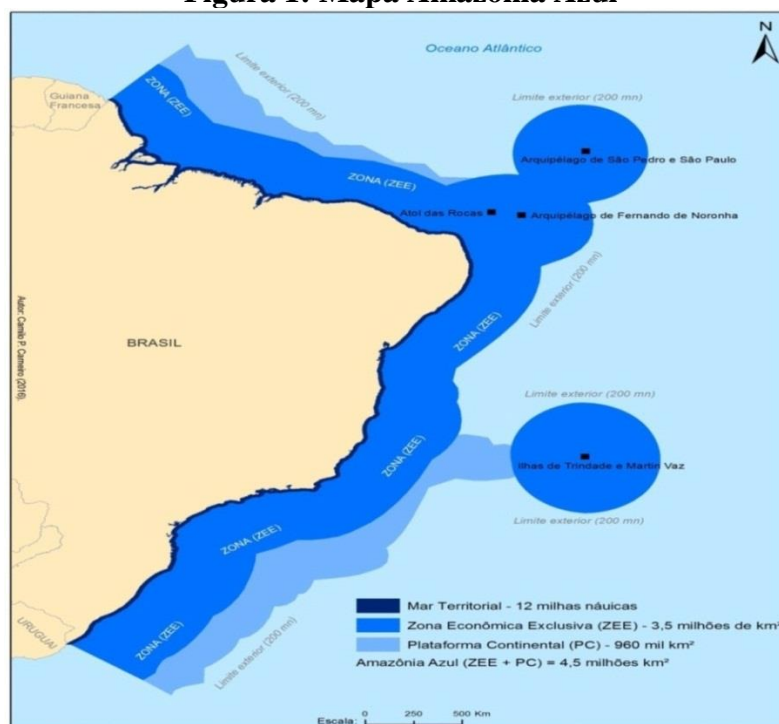
O assunto sobre a reativação da IV Frota mostrou-se relevante para diversos atores regionais, marcando a presença americana como uma ameaça aos países da América do Sul. No marco da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Brasil, Bolívia, Venezuela, Equador, Peru e Suriname, assinaram um documento demonstrando sua preocupação¹⁷. A narrativa midiática do jornal La Nación, mostra que

Varios países de la región, como Venezuela y Chile, se rearmaron en el último año. Todos estos movimientos no han pasado inadvertidos en Washington, que hace unos meses envió la IV Flota a aguas del Atlántico Sur, ante el recelo y el malestar de Brasilia. novembro de 2008.

Acompanhando os textos sobre tal assunto, o jornal El Clarín, em setembro de 2009, dizia que *“la reactivación de la Cuarta Flota de Estados Unidos para el Atlántico Sur no fue ni política ni diplomáticamente informada a Brasil. Esa presencia naval estadounidense justificaría, en la visión militar brasileña, acelerar los tiempos de reequipamento”*.

Dada a importância do histórico marinho brasileiro, reconhecendo o valor da área como a última fronteira nacional a ser definida, o Brasil chegou a formar um plano estratégico para enfatizar a importância estratégica do mar intitulado “Amazônia Azul”, que segundo o atual comandante da Marinha brasileira, Eduardo Bacellar, é nossa fronteira com linhas imaginárias sobre o mar¹⁸ (Figura 1).

Figura 1: Mapa Amazônia Azul



Fonte: Adaptado de www.defesabr.com/MD/md_amazonia_azul.htm

¹⁷ Disponível em <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI3014757-EI8140,00-Parlamento+Amazonico+Frota+ameaca+soberania.html> Acessado em 30/01/2017.

¹⁸ Disponível em <http://defesaeseguranca.com.br/entrevista-comandante-da-marinha-fala-sobre-estrategias-para-defesa-da-amazonia-azul/>. Acessado em 26/01/2017.

Essa região compreende a área do mar territorial (MT), zona econômica exclusiva (ZEE) e a extensão da plataforma continental (PC), que cobre uma área de 3,5 milhões de quilômetros quadrados¹⁹. Sua defesa e sua legítima exploração são essenciais à soberania nacional. Ademais, essa região é considerada a fronteira brasileira com o continente africano, com o qual o Brasil possui muitos acordos de cooperação, sendo assim, expressa totalmente importância à sua política de defesa.

O Brasil construiu uma imagem sólida de um país pacífico. Contudo, a conjuntura do sistema internacional é de transformações e inovações sem precedentes. O número de conflitos aumenta significativamente, logo é válido avaliarmos nossas medidas de força bem como nosso aparato militar de defesa. Toda avaliação é substancial para o estudo sistemático das relações políticas, econômicas e sociais entre países. Não necessariamente que deva existir evidências de um confronto direto entre dois países, para que se possa avaliar como percorrem os interesses em comum de uma relação bilateral, principalmente se houver interesses que divergem diametralmente.

O Estado é uma pessoa de Direito Internacional Público, dotada de capacidade plena, tanto no âmbito interno, quanto no externo. É direito dele, realizar cooperação com seus amigos, compartilhando conhecimentos, *know-how* e boas práticas. Para Schmitt (1979) “ao Estado como uma unidade essencialmente política pertence o *jus belli*, isto é, a possibilidade real de, num dado caso, determinar, em virtude de sua própria decisão, o inimigo e combatê-lo”. O Brasil, na tentativa de assegurar a soberania nacional, através de um orçamento aprovado anualmente, comporta-se em tempos de paz com uma concepção daquilo que o país quer salvaguardar, ou seja, ele organiza suas Forças Armadas em torno de suas capacidades e não apenas em torno de inimigos específicos, pois as despesas com segurança não tem, na maior parte dos países, nenhuma relação com inimigos ou ameaças próximas, mas sim com seus interesses de natureza política e econômica global (PINTO, ROCHA, SILVA, 2004).

Quanto maior as Forças Armadas de determinado país, maior serão os recursos destinados a equipamentos, reequipagem, exercícios e etc, ou seja, a demanda é maior. Entretanto, quais são as variáveis que afetam esta demanda dentro de um comportamento maximizador? Deutsch dá a explicação

Trata-se de uma espécie de ‘Lei de Parkinson’ da segurança nacional: o sentimento de insegurança de uma nação aumenta na razão direta de seu poderio. Quanto maior e mais poderosa for uma nação, mais suas lideranças, suas elites e, frequentemente, sua população elevam seu nível de aspirações em matéria de política internacional. (1982, pág. 120).

¹⁹ Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/prosub/institucional>> Acessado em 26/01/2017.

A definição de segurança evoluiu e transformou-se para além de suas raízes tradicionais de ser estritamente um valor da esfera militar ou da política. Assim, para consolidar o desenvolvimento de um Estado forte e seguro, este sozinho não pode mais ser tratado como o único objeto referente de segurança. Logo, a Política Nacional de Defesa brasileira pressupôs “que a defesa do país é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o inseparável escudo” (2012). O Ministério da Defesa compõe seu orçamento com o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), unindo os projetos estratégicos das Forças Armadas que tem por objetivo atender as demandas por novas capacidades de defesa.

A Marinha brasileira tem um quadro de Projetos Prioritários, segundo o Livro Branco de Defesa Nacional, que consiste na revitalização e modernização das estruturas logísticas e operativas. Dentre os projetos, pretendo destacar aqui três projetos, com exceção do PROSUB que já foi comentado anteriormente, de suma importância para proteção da Amazônia Azul, também já citado acima neste trabalho: 1) Programa Nuclear da Marinha (PNM): está intimamente ligado ao PROSUB, que depende da PNM sobre o desenvolvimento do sistema de propulsão. O PNM inclui o desenvolvimento do ciclo do combustível; a construção e validação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE); a construção de um protótipo de reator tipo PWR²⁰, base para o reator do primeiro submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR); e o fortalecimento do Centro Tecnológico da Marinha de São Paulo (CTMSP)²¹; 2) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz): Permitirá o monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras e proporcionará maior segurança da Amazônia Azul, através do aumento da eficiência na fiscalização e nas operações de busca e resgate, ampliando as operações interagências, com a estrutura de emprego dual, civil e militar, podendo ser aplicada em prevenção da poluição ambiental, meteorologia, controle da pesquisa científica no mar, controle do patrimônio genético, prevenção e repressão ao tráfico e na segurança defesa de área do pré-sal; 3) PROSUPER: visa desenvolver a capacidade de projetar e construir, no Brasil, cinco navios escolta, cinco navios-patrolha oceânicos de 1,8 mil toneladas e um navio de apoio logístico²².

O custo de aquisição destas tecnologias militares é alto e isso reforçava a ideia de crescimento econômico do país. O jornal El Clarín cita, em julho de 2012, que o governo brasileiro tinha pretensão em investir US\$70 milhões de dólares na sua indústria de arma “para revitalizar la Marina com o objetivo de desestimular las *"presencias hostiles, ilícitas, en*

²⁰ Reator de Água Pressurizada – *Pressurized Water Reactor* (PWR).

²¹ Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

²² Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

nuestros mares y promover un efecto disuasivo”. Só que a previsão de valor a ser investido nos projetos da Marinha brasileira são de R\$ 204.010,9 milhões²³

Tanto para o Brasil quanto para a Argentina, o tema nuclear sempre teve grande valor político. Também foi campo para aproximação bilateral entre os dois. Obter o domínio do ciclo do combustível era uma aposta no âmbito de tecnologias sensíveis e que consistia em um encargo importante, pois é uma das energias mais baratas, comparadas a outras como o petróleo, que é uma fonte esgotável com alta produção e consumo e que apresenta vantagens consideráveis em termos de praticidade. Também é uma fonte concentrada de energia, não causa efeito estufa e não requer armazenamento da energia produzida em baterias. Todavia, também há desvantagens do uso da energia nuclear, considerando que é uma fonte não renovável; há risco de acidentes danosos devido à falha humana ou técnica; e o uso para fins bélicos.

Como mencionado no capítulo 1, as nações entendiam que países desenvolvidos eram os que detinham o domínio da tecnologia nuclear porque estas lhes conferiam poder e seu grau de importância no sistema internacional aumentava. Para o Brasil, que ocupa o 5º lugar do ranking mundial de maiores reservas mundiais de urânio²⁴ e é também o décimo segundo maior produtor de Urânio²⁵, de acordo com as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), isso garante ao país independência no suprimento de combustível nuclear, o que lhe corresponde uma vantagem em relação à Argentina, que não possui jazidas semelhantes e que recebeu sua primeira importação de urânio proveniente do Brasil, em 2016, através de um acordo no valor de US\$4,4 milhões firmado entre a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e estatal argentina Conbutibles Nucleares Argentinos (Conuar)²⁶.

Ao longo da década de 70, o Cone Sul, esteve perto de uma corrida nuclear entre as duas principais soberanias da região, Brasil e Argentina, que “sustentavam uma competição tecnológica no campo atômico” (MALLEA, SPEKTOR, WHELLER, 2012). Entretanto, na condição de resgatar o inimigo, ambos iniciam um processo da aproximação pontualmente através dos assuntos sobre as atividades nucleares. Esta história bilateral no campo nuclear teve seu marco político com a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assinado pelos respectivos presidentes brasileiro e argentino, José Sarney e Raul Alfonsín. Nesta mesma época também firmaram a Declaração do Iguazu, que estabeleceu uma nova fase da cooperação.

²³ Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

²⁴ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/09/brasil-possui-5-maior-reserva-de-uranio-no-mundo>>. Acessado em 01/02/2017.

²⁵ Disponível em <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00001155.pdf>>. Acessado em 02/02/2017.

²⁶ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-07/brasil-exportara-uranio-enriquecido-pela-primeira-vez>>. Acessado em 02/02/2017.

Outros episódios também foram favoráveis e importantes a esse processo de cooperação:

1) 1986 – Funcionários argentinos fazem uma visita ao Instituto de Pesquisas Nucleares (IPEN), onde a Marinha do Brasil realizava pesquisas sobre enriquecimento e reprocessamento de urânio, as quais chegariam à produção de urânio enriquecido em setembro de 1986. (VARGAS, 1997);

2) 1987 – Sarney vai à Argentina para visitar a Usina de Enriquecimento de Urânio de Pilcaniyeu;

3) 1988 – Alfonsín visita o Centro Experimental de Aramar, em Iperó, onde se desenvolve a construção de um reator para propulsão de um submarino nuclear. Na ocasião, foi assinada a Declaração de Iperó, que registrou a decisão de incrementar as visitas e intercâmbio de informações, com o objetivo de ampliar o conhecimento recíproco dos respectivos programas nucleares e a transformação do Grupo de Trabalho Conjunto, criado pela Declaração do Iguazu. (VARGAS, 1997);

4) 1988 – Sarney visitou o Laboratório de Processos Radio Químicos da Comissão Nacional de Energia Atômica argentina, em Ezeiza, Nessa oportunidade os governos assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina e a Declaração de Ezeiza sobre Política Nuclear, que consolidava num documento juridicamente obrigatório o processo de integração e cooperação econômica, lançado pela Declaração do Iguazu. A Declaração de Ezeiza assinalava a decisão dos dois países de desenvolver um projeto conjunto de reatores regeneradores rápidos (*fast breeders*). (VARGAS, 1997).

Essas visitas tiveram um significado vantajoso ao que convém a realização de inspeções conjuntas nas instalações nucleares. Continuamente, os dois governos se preocuparam em cristalizar a dinâmica da cooperação no momento em que o cenário de segurança parecia estar em direta deterioração, através da imposição de limitações conjuntas no que se refere a este assunto. *“Afinal, quando decidiram cooperar, ambos os países trabalhavam com afincos para desenvolver tecnologias de enriquecimento e reprocessamento de urânio e construir mísseis de médio e longo”* (MALLEA, SPEKTOR, WHELLER, 2012).

Logo, as percepções de ameaças que despontaram acerca da segurança nacional brasileira e argentina, assumiu um efeito inverso na relação bilateral. As visitas recíprocas às instalações de cada país, que eram os dois mais avançados na América do Sul em energia nuclear, levava ao conhecimento de cada um sobre a capacitação do outro. Os desdobramentos desse quadro seriam a assinatura de tratados internacionais em instâncias multilaterais. Os progressos nos resultados foram estes:

1) 1990 – Assinada a Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina, em Foz do Iguaçu. Foi estabelecido o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) de aplicação a todas as atividades nucleares dos dois países para assegurar a transparência nos programas nucleares dos dois países; (VARGAS, 1997);

2) 1991- Assinado o Acordo Brasil-Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, em Guadalajara. Nessa oportunidade também foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), órgão que conduz as inspeções mútuas para verificar o compromisso assumido por Brasil e Argentina de usar de forma pacífica a energia nuclear e para administrar o recém-criado Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares²⁷;

3) 1991 – Assinado o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena;

4) 1991 – Argentina e Brasil assumem o compromisso de banir completamente as armas nucleares de seu território. (VARGAS, 1997);

5) 1994 – Argentina e Brasil aderem plenamente ao Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlateloco). Foi um tema bastante delicado para o debate na região, eis que entre sua ratificação em 1968 para sua promulgação o ano de promulgação (1994) se passaram 26 anos. Frisa-se, que o Tratado tendo início na década de 1960, ou seja, anterior a Constituição Federal de 1988, que estabelece no art. 21 XXIII a que “*toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional*”²⁸, demonstra que apesar de já figurado como lei, ainda levaram mais seis de debate, para que o Brasil, julgasse a América Latina como zona livre de armas nucleares;

6) 1995 – Argentina adere ao Tratado de Não Proliferação (TNP);

7) 1998 – Brasil adere ao Tratado de Não Proliferação (TNP).

Sobre o TNP, existe uma norma no tratado para os cinco Estados signatário que possuem “*de jure*” armas nucleares (Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, China e França), proibindo-os de auxiliar a qualquer outro Estado, membro ou não membro do tratado, para aquisição de armas nucleares. No caso do acordo Brasil-França que envolve transferência de tecnologia e a construção de um submarino nuclear, previsto no PROSUB, o tratado o

²⁷ Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/561-abacc-agencia-brasileiro-argentina-de-contabilidade-e-controle-de-materiais-nucleares>>. Acessado em 02/02/2017.

²⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02/02/2017.

possibilita de acordo com outra norma que prevê relações entre um Estado-Membro equipado de armas nucleares “*de jure*” e outro Estado-Membro não equipado de armas nucleares, contanto que sejam observadas as normas do regime internacional de não proliferação. A rigor, essa assistência só seria embargada caso o submarino fosse capaz de lançar mísseis de combate nuclear (que não é o caso).

Segundo o jornal El Clarín,

“Para Brasil no hay dudas: el país precisa de un submarino capaz de permanecer meses a grandes profundidades, sobre todo para vigilar las aguas donde tiene las grandes reservas petroleras, de la llamada capa pre-sal. No es un detalle que esa “arma” esté equipada con el más sofisticado sistema de misiles fabricado por Israel”. *El Clarín*, dezembro de 2008.

Cabe aqui destacar que a seguinte informação “*esa ‘arma’ esté equipada con el más sofisticado sistema de misiles fabricado por Israel*”. (El Clarín, dezembro de 2008), é incorreta. O projeto não contará com sistema de mísseis, mas com um sistema de torpedos. Como o acordo prevê transferência de tecnologia, que inclui a assistência técnica e a capacitação brasileira para concepção, projeto, fabricação, operação e manutenção de estruturas, equipamentos e dos próprios submarinos²⁹, os sistemas de combate e torpedos são ensinados aos brasileiros que fazem capacitação nas instalações da empresa DCNS (grupo industrial francês especializado em defesa naval) para desenvolvimento dos mesmos no Brasil. Fora isso, cabe mencionar que o Brasil faz parte, desde 1995, de um regime multilateral internacional, o *Missile Technology Control Regime* (MTCR)³⁰

Em uma de suas matérias, o jornal El Clarín comenta acerca disso, colocando que o “*emprendimiento no viola ni contradice ninguno de los acuerdos y tratados de no proliferación que a escala internacional, hemisférica y bilateral firmados por Brasilia y Argentina.*” (julho de 2008).

Ademais, cabe chamar a atenção aqui, sobre o Acordo de Guadalajara, assinado em 1991, que,

estabeleceu como pacífico o uso de energia nuclear para a propulsão de submarinos (artigo III). Esta cláusula, baseada no artigo 5º do Tratado de Tlatelolco, resguardava as pesquisas em curso pela Marinha brasileira, no Centro de Aramar, orientadas para a construção de um submarino nuclear. (VARGAS, 1997)

Como já dito anteriormente, o campo nuclear foi a dimensão onde se deu a aproximação bilateral Brasil-Argentina. A dificuldade em cooperar, consiste na maioria das

²⁹ Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/prosub/transferencia-nuclear>>. Acessado em 26/01/2017.

³⁰ Disponível em <https://www.wikiwand.com/en/Missile_Technology_Control_Regime>. Acessado em 02/02/2017.

vezes que, ao invés de se interessarem pela cooperação com o outro, os países sempre tentam mensurar o quanto eles estão ganhando em comparação com o outro. Brasil era aliado aos Estados Unidos, mas era unido à Argentina pela geografia e assim destinado a coexistir com ela, logo a cooperação era presumível e, também, poderia trazer benefícios aos países mais avançados em desenvolvimento nuclear na América do Sul.

No contexto dos tratados que versam sobre o uso de energia atômica, Brasil e Argentina foram proeminentes na criação de mecanismos para saber se um Estado estaria violando seus compromissos internacionais de não proliferação de armas nucleares. Citando o caso do Acordo de Salvaguardas Abrangentes com a AIEA, também nomeado de INFCIRC-435, em vigor desde 1991, que é o modelo aplicável aos países que não possuem armas nucleares, mas que aderiram ao TNP³¹.

A notabilidade do INFCIRC-435 consiste em que Brasil e Argentina não eram membros do TNP quando assinaram este acordo de salvaguardas abrangentes com a AIEA.

Ao assinarem o Tratado Quadripartite, AIEA, ABACC, Brasil e Argentina instituíram um sistema de salvaguardas abrangentes, que só foi possível pela interveniência da ABACC, pois ainda não eram signatários do TNP. Quando os dois o ratificaram, não houve necessidade de assinar outro documento de salvaguardas, pois já existia esse, como explica Leonam dos Santos Guimarães³². Neste acordo de salvaguardas abrangente, estão inseridos os Protocolos, que no caso, permite a AIEA a inspeção sobre materiais e unidades declaradas (ou, possivelmente, não declaradas) pelos Estados Partes, pois tratados internacionais que versam sobre a proliferação de armas nucleares como o próprio TNP e o de Tlateloco, delegam à Agência as atividades de inspeção, tendo acesso a informações e locais.

A história não nos conta precisamente, muito menos há documentos que digam algo, mas têm-se informações que os países cogitaram em agregar a construção do submarino de propulsão nuclear. Corrêa (2010) diz que “*em dado momento, chegaram, mesmo, a considerar a possibilidade de desenvolver juntos o projeto de um submarino nuclear, embora a iniciativa não tenha prosperado*”, sem dá maiores detalhamentos sobre isso. O jornal El Clarín traz uma publicação em fevereiro de 2008, ano do lançamento do PROSUB, dizendo que,

³¹ International Atomic Energy Agency. Agreement of 13 December 1991 Between Of Republic of Argentina, The Federative Republic Of Brazil, The Brazilian-Argentine Agency Of Accounting and Control os Nuclear Materials And The International Atomic. Disponível em <<https://www.iaea.org/sites/default/files/infcirc435.pdf>>. Acessado em 03/02/2017.

³²Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/17083/salvaguardas+nucleares+e+o+caso+especial+de+brasil+e+argentina.shtml>>. Acessado em 03/02/2017

Argentina y Brasil acordaron fabricar un submarino atómico. El motor se haría con tecnología argentina. y habría también aportes de Francia [...] En ese proyecto, los argentinos aportan su experiencia en la producción del reactor nuclear compacto que propulsará el sumergible. Los brasileños pondrán otros aportarán dos pilares: la fábrica de la parte no nuclear del submarino, basado en tecnología francesa, y el combustible atómico.

O projeto permaneceria com a França, que o país que detém a tecnologia do submarino nuclear e que transferirá para a consecução do projeto. Brasil e Argentina firmariam uma parceria para juntos construir a planta propulsora do submarino.

Con el presidente Nicolas Sarkozy discutimos [...] una alianza estratégica: acordamos crear condiciones para una sociedad bilateral destinada a fabricar en Brasil la parte no nuclear del submarino. La planta de propulsión la pondría la binacional argentino-brasileña. *El Clarín*, fevereiro de 2008.

A reportagem traz uma entrevista que o então Ministro de Defesa à época, Nelson Jobim, sobre as conversações sobre o assunto a ministra de defesa da Argentina, Nilda Garré, “*Conversamos con la ministra Nilda Garré y con los tres comandantes militares argentinos y acordamos constituir una empresa binacional para producir el reactor compacto*”, *indicó el ministro brasileño*.”. Inclusive, essa mesma reportagem aponta que não é uma ideia muito nova, ao mencionar que o ex-presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, presidente de 1983 a 1989, indicou a construção conjunta.

El gobierno de Raúl Alfonsín llegó a proponer a Brasil que desarrollar el proyecto en forma conjunta . Pero la iniciativa no prosperó. No era el momento. Todavía se mantenían intactos los celos que caracterizarían la relación entre los dos países hasta inicios de los años 90. *El Clarín*, fevereiro de 2008.

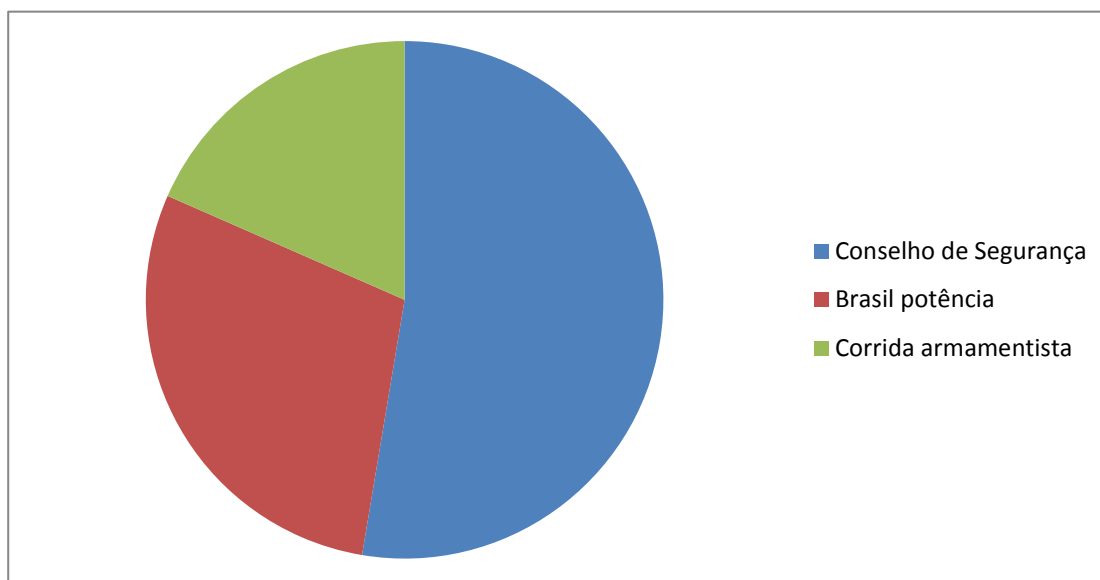
Como cita Vargas (1997), que no período da década de 1980, sendo patente para os dois países “*a importância da tecnologia nuclear para o desenvolvimento [...]; dificuldades crescentes no suprimento de equipamentos e materiais nucleares; e a reafirmação dos propósitos exclusivamente pacíficos da colaboração*” presume-se que eles poderiam sim, contar com esse esforço bilateral.

Considerando o porquê de não ter havido sucesso no propósito, pode se apontar o próprio acordo firmado com a França dentro de suas prerrogativas básicas: transferência de tecnologia, nacionalização de equipamentos e sistemas, capacitação de pessoal e infraestrutura industrial. Logo, observa-se que este projeto é importante ao Brasil num modelo privativo, visto que está baseado na busca de autonomia no setor de defesa e tecnológico que lhe dará um status superior sistema internacional do qual o Brasil é dependente.

Este trabalho, é uma tentativa de fazer uma desconstrução dos diversos elementos que compõe os jornais La Nación e El Clarín sobre as reportagens do submarino nuclear brasileiro com as questões “o que falaram?”, “como falaram?” e “quantas vezes falaram?”. Para isso, os

gráficos e tabelas abaixo mostram uma análise do conteúdo. O Gráfico 2 mostra os temas mais relevantes que se encontravam no total de todas as reportagens e como elas estão distribuídas por volume.

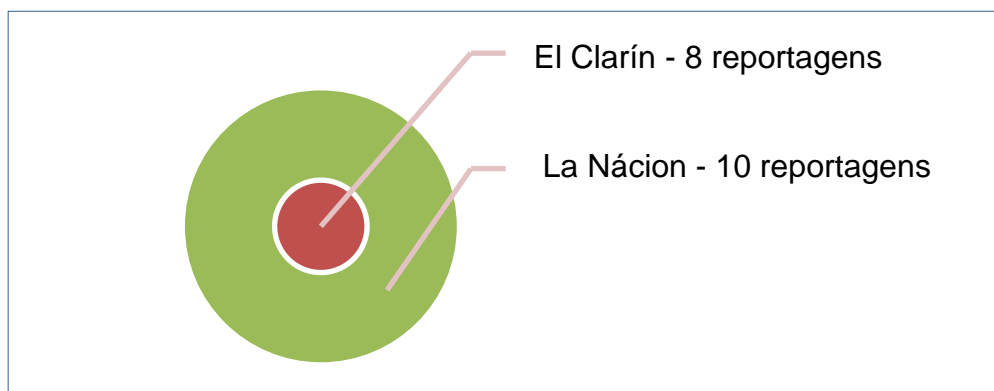
Gráfico 2: Principais temas nas reportagens sobre o SN-BR.



Fonte: Elaboração do autor.

No Gráfico 3, está a quantidade total de reportagens sobre o submarino nuclear, por jornal de 2008 a 2012, período em que se encontra reportagens sobre o assunto. Na Tabela 3, observa-se por ano e por cada jornal, a quantidade de reportagens que falavam sobre o submarino nuclear brasileiro.

Gráfico 3: Número de reportagens por jornal de 2008-2014



Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 3: Número de reportagens anuais dos jornais.

Ano	El Clarín	La Nación
2008	4	6
2009	3	4
2010	1	0
2011	0	0
2012	0	1

Fonte: Elaboração do autor

Através da técnica “o que falaram?”, “como falaram?” e “quantas vezes falaram?”, podemos observar que: 1) Percebe-se que aos jornais foi importante a oferta de ajuda do governo da França para o Brasil no que concerne a entrada deste no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ainda que timidamente, a corrida armamentista no continente sul-americano foi um elemento notável pela mídia, visto que seu debate sempre esteve muito concentrado no ambiente acadêmico. Sobre o perfil traçado do Brasil ser uma potência (regional), o discurso esteve baseado ao reaparelhamento de suas Forças Armadas. Fora isso, o jornal que mais evidenciou o tema do submarino nuclear foi o La Nación; 2) Considerando a realidade regional e internacional, foram evidenciadas muitas hipérboles, pois mesmo que aumento da capacidade militar brasileira tenha tido um crescimento, o país está distante de se comparar a grandes investidores no sistema de defesa como Estados Unidos, China, Rússia ou até mesmo a própria França que transferirá a tecnologia necessária para construção do submarino nuclear; e 3) Os três anos que seguiram após o lançamento do PROSUB, os jornais mantiveram foco sobre a questão. Notadamente, em 2011, há uma ruptura das reportagens em meados da crise econômica brasileira e também ano em que o governo brasileiro passa de Luís Inácio Lula da Silva para a então presidente eleita, Dilma Rousseff.

Ainda que com um pouco de ressalva, a perspectiva argentina perante o Brasil, ainda se mostra positiva. Mesmo que de fato seja um país, em relação aos outros países da América do Sul com a maior base industrial, a maior economia, a maior população e os maiores recursos naturais. Para Candeas,

Os argentinos consideram as seguintes virtudes no brasileiro, que gostariam de também possuir: nacionalismo e orgulho do país (“saben defender lo suyo”); alegria de viver; classe dirigente que sabe o que quer e é eficaz em sua busca; e política externa destacada. (2010)

O Brasil construiu uma imagem sólida de um país pacífico. No contexto da América do Sul, há 147 anos em que o país não tem um conflito armado direto com o outro país. O

jornal Lá Nacion diz que “*No hay enemigos a la vista, pero los nuevos sistemas de armas que llegan a la región son más de ataque que de defensa, como una forma de disuasión agresiva.*” (fevereiro de 2008). A América do Sul é frequentemente descrita como uma das regiões do mundo que apresentam reduzidas incidências de conflitos internacionais. De fato, principalmente desde o início do século XX, foram raras as situações de guerra observadas no continente sul-americano, tanto entre países do continente como entre eles e potências extrarregionais. No entanto, isso não significa que a região deve ser entendida como livre de ameaças ou tensões que possam se transformar em conflitos em potencial. Por exemplo, na Colômbia há conflito entre o governo colombiano e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), bem como há instabilidade na fronteira entre Venezuela e Colômbia. A Venezuela disputa com a Guiana a região do rio Essequibo e a Bolívia tem uma disputa com o Chile para conseguir uma saída para o mar. Inclusive fala o jornal El Clarín “*por qué la región con menos guerras del planeta invierte en armas?*” (fevereiro de 2008).

Diante disso, em 2008, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul (CDS), que possui como ponto de partida a Declaração de Santiago do Chile e conta com doze países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. O CDS tem o objetivo de consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento econômico-social; bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente³³.

O continente sulamericano não é uma zona de conflitos territórios clássicos. Mas se o faz-se mister olhar as projeções sobre assuntos estratégicos em relação ao Brasil, tais como o processo de securitização do seu entorno estratégico composto pela Antártida, o Atlântico Sul (considerado como “triângulo de ouro do petróleo”) e os países africanos em torno do Atlântico Sul, e a arquitetura de segurança dessa região frente a ameaças transnacionais. O mar possui uma dinâmica distinta de proteção, ele não tem valor intrínseco, já que não se pode ocupar, mas somente usar. Barão do Rio Branco já dizia que “*Os vizinhos mais perigosos são os mais atrasados, enfraquecidos pelas discórdias civis ou desmoteados pelas ambições que a tirania inspira*” (KLINTOWITZ, 2014).

Segundo o ex Ministro da Marinha, Mario Cesar Flores (2000), O Brasil, não é grande potência, mas tampouco é irrelevante. A partir da evolução do pensamento brasileiro de Relações Internacionais, com a colocação de uma agenda neoliberal e também pela passagem

³³ Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds>>. Acessado em 07/02/2017.

do nacional-desenvolvimento à globalização, como coloca Vizentini (2005), nos tornamos um ator importante com maior protagonismo no cenário internacional.

Compreendendo as dimensões litorais do Brasil, é fundamental ao país que suas Forças Armadas organizada e modernizada. O tema Defesa reapareceu nos últimos anos ganhando maior espaço para discussões, não so apenas no ambito governamental, mas na sociedade e também na academia.

Sobre isso, Senhoras (2010), diz que,

No Brasil a renovação do arsenal advém da recente retomada de um planejamento político estratégico, a partir dos governos FHC e Lula, que busca ajustar a capacidade militar por meio de uma política externa de transferência tecnológica e industrial de áreas estratégicas conjugadas em uma política externa de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial em defesa, com o objetivo maior de potencializar um papel de relevo ao país no âmbito multilateral com o pleito de ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e de liderança no âmbito regional com a criação do Conselho de Defesa Sul-americano.

Karl Deutsch (1982) diz que

A política externa de cada país diz respeito [...] à manutenção de sua independência e segurança e [...] à promoção e proteção de seus interesses econômicos, sobretudo os de seus grupos mais influentes”. E fala ainda que um “conjunto de esforços e investimentos humanos e econômicos gera, inevitavelmente, uma extensa gama de interesses sociais, políticos e econômicos proporcionais à sua magnitude”.

Portanto, a promoção dos atores estatais no sistema internacional consiste naquilo que cada país quer salvaguardar, principlmente, a partir dos interesses de suas elites . À medida que se consegue preservar os interesses e expandi-los, o país projeta-se como potência e ganha capacidade de influenciar na balança de poder. E as percepções de insegurança surgem a partir daí. O propósito da política externa de cada um aufere, preliminarmente, caráter de defesa para garantir seus ganhos perante os outros.

Com efeito, os discursos produzidos na sociedade argentina sobre a atuação do Brasil nos seus assuntos de defesa, mostravam o país como potência regional. Dentro dos principios brasileiros de defesa, a força armada é utilizada mais para manter o *status quo* através da força dissuasória do que para o emprego tático da força, até porque o poder militar tem um caráter relacional, ou seja, age de acordo com as circunstâncias.

Ao passo que assistimos em uma escala global de acontecimentos, mudanças constantes, moldando a ordem mundial, introduzindo novos paradigmas como se fosse o prelúdio de um novo sistema mundial, arranjado pelo atual processo de globalização da economia e da informação.

Por conseguinte, sendo o Estado pessoa de Direito Internacional Público, dotada de capacidade plena, tanto no âmbito interno, quanto no externo, é-lhe dado o direito realizar cooperação com seus amigos, compartilhando conhecimentos, *know-how* e boas-práticas, bem como também-lhe é direito o *jus belli*.

Em todo caso, a política nacional de defesa brasileira se move para promover estratégias “*capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível como o atual.*” (Política Nacional de Defesa, 2012). Inclusive, a própria PND diz que é analisando o cenário internacional e nacional, que se constroem os objetivos de defesa do país (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto central desta pesquisa foi a análise de como reverberou na mídia da Argentina a construção do submarino de propulsão nuclear a ser utilizado na proteção da costa atlântica brasileira

Na primeira e segunda deste trabalho, foi mostrada a história do Programa Nuclear brasileiro, que tomou forma sob o governo Ernesto Geisel, no contexto da Guerra Fria, e que representava um salto desenvolvimentístico e tecnológico para o Brasil. Desse programa, que surge a aspiração do Brasil ter um submarino nuclear, que foi proposto no Acordo Nuclear assinado com a Alemanha, em 1975. Entretanto, esse projeto foi pensado, mas não foi executado à época. Em 2008, o presidente brasileiro Luíz Inácio Lula da Silva, retoma um projeto assinando um acordo de transferência de tecnologia com França, nomeado Programa de Submarinos (PROSUB).

Após essa contextualização histórica, para determinar os diversos aspectos de como surgiu a ideia do submarino nuclear, que a terceira parte do trabalho falará sobre os elementos estratégicos do PROSUB, pontuando suas vantagens para o Brasil. Na quarta parte, é realizado o objetivo desta pesquisa: ver as percepções dos jornais acerca da construção do primeiro submarino nuclear brasileiro.

A análise que foi desenvolvida por este trabalho, através dos discursos midiáticos do El Clarín e La Nación, traz alguns aspectos consigo. Primeiramente, evidencia-se uma postura receptível a renovação das forças armadas brasileiras. As reportagens trazem uma concepção de que com a equipação de sua Marinha, o Brasil está em novo patamar estratégico devido ao domínio da tecnologia de um submarino nuclear, exclusividade de poucos países.

Em segundo lugar, foi constatado que a mídia enfocou no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ilustrando o Estado brasileiro utilizando-se dos instrumentos militares para obter ganhos em sua política externa, tal como na tentativa de obter um assento no Conselho, após uma possível reforma do órgão. Isso deve estar relacionado ao fato de a Argentina ter o mesmo interesse. Fazer parte do Conselho é expressão do sentido máximo de ter poder. Essa posição no discurso não evidencia atritos entre os dois países sobre tal questão, mas exterioriza um antagonismo por tal interesse.

Em terceiro lugar, as formas discursivas da mídia argentina consideram um posicionamento regional ascendente do Brasil, tanto militar quanto economicamente, visto que o país teve recursos para investir em projetos de grande custo.

A julgar pelo o que proferiram os jornais, colocando o Brasil em destaque pelo seus gastos no setor militar, a partir da construção do seu submarino nuclear, não se observa

mudanças entre a relação Brasil e Argentina. Este país é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. O próprio submarino nuclear foi tido como uma possibilidade de construção conjunta entre eles. Além disso, a proximidade com a Argentina constitui é um elemento importante na construção de um espaço de paz e cooperação no Cone Sul, inclusive, assunto debatidos por muitos autores. Logo, na avaliação das relações bilaterais entre os dois países, a partir do que foi colocado anteriormente neste trabalho no esquema proposto de Padrão de Relacionamento, de Oscar Medeiros Filho, pode-se concluir que independentemente do país ser visto como potência regional, como colocado pela mídia argentina, permeia entre Brasil e Argentina a cooperação e a integração.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior:** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Págs.31 e 45. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0578.pdf>>.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina:** o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo. Editora Ensaio. 1995, pág. 33, 35, 39, 44 e 45.

BRASIL. **Estratégia de Defesa Nacional.** Ministério da Defesa. Brasília, 2008. Pág. 1, 8, 13 e 14.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Ministério da Defesa. Brasília, 2012. Pág. 70, 85, 86, 195, 196, 197, 198, 227, 250 e 255.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa.** Ministério da Defesa. Brasília, 2012. Pág. 11.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. **Regions and Power:** the structure of international security. Cambridge. Cambridge University Press, 2003. Pág. 25.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina:** história de uma ideia na visão do outro. Brasília. FUNAG, 2010. Págs. 52-53.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo. Saraiva, 2008. Pág. 160, 205.

CORRÊA, Fernanda das Graças. **O projeto do subamrino nuclear brasileiro:** um história de ciência, tecnologia e soberania. Rio de Janeiro. Capex Dei, 2010. Págs. 8,10, 14, 25, 28, 31, 54, 58, 60, 61, 82 e 88.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais.** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982. Pág. 119, 120 e 143.

FILHO, Oscar Medeiros. **Entre a cooperação e a dissuasão:** políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, pág. 58, 2010. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/pt-br.php>>.

FILHO, Oscar Medeiros. **Entre a cooperação e a dissuasão:** políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, pág. 58, 2010. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-105249/pt-br.php>>.

FIORI, José Luís. **O poder global:** e a nova geopolítica. São Paulo. Editora Boitempo, 2007. Pág. 37.

FLORES, Mario Cesar. **Reflexões Estratégicas:** Repensando a defesa nacional. São Paulo. É Realizações, 2000. Pág. 40.

FUCCILLE, Alexandre. **O Brasil e a América do Sul:** (re)pensando a segurança e a defesa na região. In: Revista Brasileira de Estudos de Defesa, Vol. 1, Nº.1 (jul.). Porto Alegre: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2014. Pág. 112.

GLICK, Mónica Sol. **No escurinho do cinema:** o cone sul entre a Alemanha nazista e a pressão aliada (1940-1945). Pág. 3 e 4. Disponível em <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Glik%20MS.pdf>>.

GREGOLIM, Mária do Rosário. **Análise do discurso e mídia:** a (re) produção de identidades. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, Vol. 1 nº 4, 2007. Págs.1,3 e 4.

JOBIM, Nelson A; ETCHGOYEN, Sergio W., ALSINA, JoãoPaulo (Ogs.). **Segurança Internacional** – Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro. FGV, 2010. Pág. 285.

KLINTOWITZ, Jaime. **A história do Brasil em 50 frases.** Rio de Janeiro. LeYa, 2014. Pág. 52.

MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas J. **Origens da cooperação nuclear:** uma história oral crítica entre Argentina e Brasil. Pág. 24. Disponível em <<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/PTOrigens%20da%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20nuclear.pdf>>.

MELLO, Eduardo Jordão de Achilles. **Democracia, Democratização e Política Externa:** um estudo sobre a formulação da política de segurança no Brasil (1985-2002). Tese (Mestrado). Rio de Janeiro. 2010. Pág. 79. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18314/18314_1.PDF>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações interacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005. Págs. 170 e 173.

PINTO, J.R.de Almeida. ROCHA, A.J. Ramalho, SILVA, R. Doring Pinho da. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília. Ministério da Defesa, 2004. Pág. 13.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petropolis. Vozes, 1979. Pág. 31, 52, 54, 64 e 71.

SENHORAS, Elói Martins. **O surto rearmamentista na América do Sul**. 2010. Pág. 14. Disponível em <<http://ibri-rbpi.org/2010/01/28/o-surto-rearmamentista-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras>>.

VARGAS, Everton Vieira. **Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 40, nº1, 1997. Págs.1, 8, 11, 12, 13, 14 e 37. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100003>.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de Relações Internacionais no Brasil**. In: SARAIVA José Flávio Sombra, CERVO, Amado Luiz (Org.). O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

WALKER, R.B.J.. **Inside / outside: Relações Internacionais como teoria política**. Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2013. Pág. 7.